

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG RONALD ALEXANDRE GASPAR FERNANDES

**A ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA: CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO  
ESTRATÉGICO NAVAL DO BRASIL**

Rio de Janeiro

2015

CMG RONALD ALEXANDRE GASPAR FERNANDES

**A ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA: CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO  
ESTRATÉGICO NAVAL DO BRASIL**

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Área de Estudo: Política e Estratégia

Orientador: CMG (RM1 - FN) Ítalo de Melo Pinto

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval

2015

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Geraldo Bessa Fernandes e Sharly Sant'Anna Gaspar, a quem devo a minha educação e o meu caráter, e à minha querida filha Clara Duarte Fernandes.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1 - FN) Ítalo de Melo Pinto, meu orientador, pela disponibilidade irrestrita, pelas críticas sinceras e construtivas, pelo incentivo e pelos ensinamentos que foram fundamentais para a elaboração desse trabalho.

Aos amigos Capitães-de-Mar-e-Guerra André Luiz de Mello Braga, Adido Naval na República Popular da China; Gilberto Kerr e Luis Fernando Baptistella, pelas importantes contribuições.

Ao CF (RM1) Marcos Valle Machado da Silva, pelos ensinamentos metodológicos, pelas orientações iniciais que deram luz ao caminho a ser percorrido e pela confiança no trabalho a ser desenvolvido.

Ao CF (RM1) Sérgio Vieira Reale, amigo de longa data, pelas relevantes contribuições e sugestões.

Aos companheiros da turma C-PEM 2015, pelos debates enriquecedores e pela cordialidade a todo o momento.

À Escola de Guerra Naval e à Marinha, pela oportunidade oferecida no aprimoramento pessoal e profissional.

À minha querida Suzana Máximo Diniz, companheira de todo o tempo, cujo apoio incondicional e incentivo muito me inspiraram. Agradeço a compreensão pelo tempo dedicado a esse importante requisito profissional.

## RESUMO

Em um contexto de interconexão global crescente, os oceanos ganham elevada relevância nas concepções estratégicas militares de defesa e na busca pelo desenvolvimento econômico dos Estados. O emprego adequado do Poder Naval, o desenvolvimento de uma consciência marítima e o controle das rotas marítimas são elementos fundamentais dentro de uma Grande Estratégia que vise a fortalecer o Poder Nacional. Em face da importância dos atributos do mar, é mister que a academia realize um acompanhamento sistemático da evolução do Pensamento Estratégico Naval, de modo a permitir que se produzam novos conhecimentos que contribuam para o trato desse importante tema. O Brasil e a República Popular da China são exemplos de Estados que possuem relevantes interesses relacionados ao mar. A República Popular da China, potência regional asiática, expande seus interesses político-econômicos em direção ao exterior e desenvolve seus Poderes Marítimo e Naval de forma acelerada e assertiva. Nesse sentido, a “Estratégia Militar da China” apresenta detalhes das suas intenções estratégicas e do futuro das suas Forças Armadas. A China desenvolveu uma consciência marítima, abandonando a tradicional mentalidade continental reinante entre os seus formuladores de política. O principal problema estratégico marítimo chinês, na atualidade, são as características geográficas do seu entorno estratégico. Em função dessa questão e dos seus interesses comerciais, a China não pode prescindir de ter uma capacidade de operação em Águas Azuis. Ao longo dos últimos sessenta anos, em um processo incremental e contínuo, partindo de uma Marinha praticamente inexistente, a República Popular da China desenvolveu a sua Força Naval, atingindo essa capacidade de operação em águas marítimas afastadas. O Brasil também não pode prescindir de uma Marinha com capacidade de projeção oceânica, em face das dimensões das suas Águas Marítimas Jurisdicionais e das suas riquezas marinhas, além de possuir um comércio internacional dependente do modal marítimo. Assim, analisou-se a evolução do Pensamento Estratégico Naval da China, sob uma perspectiva histórica, de 1949 até os dias atuais, e evidenciaram-se conhecimentos que podem contribuir com o desenvolvimento do Pensamento Estratégico Naval do Brasil.

Palavras-chave: Estratégia, Estratégia Militar da China, Poder Nacional, Poder Naval, Pensamento Estratégico Naval, Capacidades, Linhas de Comunicações Marítimas.

## ABSTRACT

In a context of growing global interconnectedness, the oceans are becoming increasingly important. Brazil and China are examples of countries which have significant interests related to the sea. The strategic use of Naval Power, the development of a maritime awareness and the control of the sea lanes are critical in a State Strategy, which seeks to strengthen the National Power. Given the importance of the sea attributes, it is necessary the academy perform a systematic monitoring of the Naval Strategic Thought evolution, in order to allow it to develop new knowledge which will contribute to the treatment of this important topic. The People's Republic of China, an East Asian regional power, expands its political and economic interests abroad, and develops its Sea Power at an accelerated and assertive manner. In this sense, the document "China's Military Strategy" presents China's strategic intent in detail and the future development of its armed forces, especially its Naval Power deployment strategy. China has developed a maritime awareness and redirected its strategic thinking towards the sea, abandoning its traditional land-oriented mentality, which has prevailed among its policymakers. This new attitude has been brought by the need for sustained economic growth based on international trade. The main Chinese maritime strategic problem, at present, is the geographical features of its strategic area of interest. Due to this issue, China can't disregard having a Blue Water operational capability. Over the last sixty years, at a steady and continuous pace, starting from a virtually non-existent navy, the People's Republic of China expanded its Naval Force capabilities to ocean waters. Brazil also needs a Navy with ocean projection capability, given the size and wealth of its jurisdictional waters, as well as having an international trade dependent on maritime transportation. The analysis of the evolution of China's Naval Strategic Thought, from a historical perspective, dating 1949 to present, provided evidences which may contribute to the development of Brazil's Naval Strategic Thought.

Keywords: Strategy, China's Military Strategy, National Power, Naval Power, Naval Strategic Thought, Capability, Sea Lines of Communication.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Estreitos de Bohai, Taiwan e Qiongzhou .....	86
Figura 2 -	Primeira Cadeia de Ilhas – First Island Chain .....	87
Figura 3 -	Primeira Cadeia de Ilhas – First Island Chain .....	88
Figura 4 -	Linhas de Comunicações Marítimas .....	89
Figura 5 -	Choke point - Dilema de Málaca .....	90
Figura 6 -	Disposição geográfica das Esquadas da China .....	91
Figura 7 -	Near Seas e Far Seas .....	92

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Base Industrial de Defesa
CEPE	Centro de Estudos Político-Estratégicos
CMC	<i>Central Military Commission</i>
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CAM	Controle de Área Marítima
CSM	Consciência Situacional Marítima
DBM	Doutrina Básica da Marinha
EGN	Escola de Guerra Naval
EMA	Estado-Maior da Armada
EMC	Estratégia Militar da China
END	Estratégia Naval de Defesa do Brasil
EPL	Exército Popular de Libertação
FAEPL	Força Aérea do EPL
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional do Brasil
LCM	Linhas de Comunicações Marítimas
MB	Marinha do Brasil
MEPL	Marinha do EPL
NUM	Negar o Uso do Mar
RPC	República Popular da China
TBPN	Tarefas Básicas do Poder Naval
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA</b> .....	<b>13</b>
2.1	A Estratégia Militar da China .....	15
2.2	O domínio do Mar .....	17
<b>3</b>	<b>OS INTERESSES NAVAIS DA CHINA</b> .....	<b>20</b>
3.1	Os Interesses modernos da China .....	21
3.2	O Dilema de Málaca .....	23
<b>4</b>	<b>A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL DA CHINA</b> .....	<b>28</b>
4.1	Os primeiros anos da República Popular da China .....	30
<b>4.1.1</b>	<b>Conclusão parcial</b> .....	<b>35</b>
4.2	A formação de uma nova concepção estratégica .....	36
<b>4.2.1</b>	<b>Conclusão parcial</b> .....	<b>40</b>
4.3	As referências do mundo .....	41
<b>4.3.1</b>	<b>Conclusão parcial</b> .....	<b>45</b>
4.4	Em direção às Águas Azuis .....	45
4.5	A conjuntura moderna da China .....	50
<b>4.5.1</b>	<b>Conclusão parcial</b> .....	<b>54</b>
<b>5</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL DO BRASIL</b>	<b>55</b>
5.1	O Pensamento Sistêmico .....	56
5.2	Os Interesses Nacionais da China .....	61
5.3	A Estratégia Militar da China .....	66
5.4	A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil .....	68
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>73</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>81</b>

<b>APÊNDICE A - Estreitos de Bohai, Taiwan e Qiongzhou .....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO A - Primeira Cadeia de Ilhas – First Island Chain .....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXO B - Choke point - Dilema de Málaca .....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO C - Disposição geográfica das Esquadas da China .....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXO D – Near Seas e Far Seas .....</b>	<b>92</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A intensificação dos processos de interligações econômicas, sociais, políticas e culturais observadas como fenômeno global, a partir do fim do século XX, desencadeou um aumento da competição pelos fluxos de capitais e pela demanda por bens e serviços em nível mundial, exigindo que os Estados desenvolvessem suas economias, a fim de se fortalecerem em um mundo cada vez mais competitivo.

Nesse contexto de interconexão global crescente, os oceanos ganham cada vez mais importância como vias de transporte para o comércio mundial, como fonte de recursos naturais para o desenvolvimento dos Estados, como meio de disseminação de informações e como domínio estratégico. São os quatro atributos do mar que Geoffrey Till cita em sua obra *Seapower, A guide for the twenty-first century*<sup>1</sup> e que adquirem elevada relevância entre os formuladores de políticas e estudiosos do tema (TILL, 2009).

É pelo mar que se escoam a maior parte dos fluxos de comércio que abastecem os Estados e dele é retirada significativa parcela dos recursos naturais necessários para a sobrevivência de uma nação. A globalização intensifica o processo de interdependência entre Estados e entes privados, e as rotas do comércio marítimo se tornam vitais para a atividade econômica de qualquer Estado (REIS, 2013).

O Brasil e a República Popular da China são exemplos de Estados que possuem relevantes interesses relacionados ao mar. Em escalas diferentes, ambos possuem extensos litorais, Áreas de Jurisdição Marítimas que contêm importantes reservas de recursos naturais e um comércio internacional baseado, prioritariamente, no modal marítimo.

---

<sup>1</sup> Em sua obra, Geoffrey Till cita os quatro atributos do mar: “*four attributes of the sea itself, namely, as a resource, and as a means of transportation, information and of dominion*” (TILL, 2009).

Dessa forma, a proteção de seus recursos naturais e de suas Linhas de Comunicações Marítimas (LCM)<sup>2</sup> se torna, de forma crescente, uma preocupação político-estratégica para esses Estados.

A preocupação com o mar não é recente. Desde o século XIX, o almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan, em sua obra “*The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783*”<sup>3</sup>, já vislumbrava a necessidade de protegê-lo de modo a preservar os interesses do Estado. Mahan considerava que um Estado com um extenso litoral e aspirações marítimas teria condições de se fortalecer, obtendo as capacidades necessárias para superar as potências terrestres. Para ele, o Estado deveria utilizar o mar em seu proveito e, para tanto, deveria desenvolver um grande Poder Marítimo<sup>4</sup> (MAHAN, 1987).

A Doutrina Básica da Marinha define que o Poder Marítimo é a “integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar”, como a Marinha Mercante, os portos, as instalações de apoio e de controle; a indústria naval, a indústria bélica e o Poder Naval<sup>5</sup>, qual seja, o componente militar que dá credibilidade e força a um Estado (BRASIL, 2014).

Mahan descreveu como o uso estratégico do Poder Naval e o controle das rotas marítimas poderiam ser a chave para a obtenção da hegemonia mundial, haja vista serem essas as vias por onde circulam os fluxos comerciais necessários para o enriquecimento de um Estado (MAHAN, 1987):

Em que pese os conceitos de Mahan estarem relacionados a uma época e uma conjuntura distinta da atual, eles trouxeram à tona o que seria considerado a missão primordial

---

<sup>2</sup> O termo “Linhas de Comunicação Marítimas”, neste trabalho abreviado como LCM, refere-se às principais rotas marítimas entre portos de interesse, utilizados para o comércio entre Estados ou entre cidades.

<sup>3</sup> A influência do Poder Marítimo sobre a história. Tradução nossa.

<sup>4</sup> O conceito de Poder Marítimo citado por Mahan tem, conceitualmente, o mesmo sentido que a Marinha do Brasil emprega e consta da Doutrina Básica Marinha. Nota do Autor (BRASIL, 2014).

<sup>5</sup> O Poder Naval é um componente da Expressão Militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos objetivos identificados pela Política (...) (BRASIL, 2014).

das Marinhas: defender as Linhas de Comunicações Marítimas de seu interesse e impedir que um inimigo utilizasse as do interesse dele.

Essa missão permanece válida no contexto atual, ganhando ainda mais importância para Estados como a China e o Brasil, cada vez mais interconectados ao cenário internacional.

Em face da importância dos atributos do mar, e a sua intrincada relação com o desenvolvimento dos Estados, é mister que a academia realize um acompanhamento sistemático da evolução do Pensamento Estratégico Naval, de modo a permitir que se produzam novos conhecimentos que contribuam para o trato desse importante tema.

Portanto, considera-se relevante realizar o escrutínio das abordagens com que outros Estados, em especial os considerados proeminentes no cenário naval mundial, como a China, lidam com suas estratégias navais, e, assim, utilizá-las como referência para extrair ensinamentos que contribuam para o desenvolvimento do Pensamento Estratégico do Brasil.

Nesse contexto, em face da emergência da República Popular da China (RPC) como potência regional asiática, e do incremento que aquele Estado tem dado aos assuntos relacionados ao mar, em especial a sua estratégia de emprego e desenvolvimento do seu Poder Naval, este trabalho tem a seguinte proposição: “evidenciar, no nível político-estratégico, por meio da análise da evolução do Pensamento Estratégico Naval da República Popular da China, de 1949 até os dias atuais, conhecimentos que possam contribuir para o Pensamento Estratégico Naval brasileiro”.

Dentre as referências utilizadas para pesquisa, merece destaque o “Livro Branco de Defesa”, publicado, em maio de 2015, pelo Governo da República Popular da China. Esse documento, cujo título é “A Estratégia Militar da China”<sup>6</sup>, é referência relevante para este

---

<sup>6</sup> *China's Military Strategy*, tradução nossa.

trabalho, pois apresenta detalhes das intenções estratégicas da China e do futuro desenvolvimento das suas Forças Armadas.

Dessa forma, para que se permita visualizar o desenvolvimento deste estudo, o trabalho foi estruturado em cinco capítulos:

No capítulo um, foi realizada uma introdução abordando aspectos metodológicos do estudo.

No capítulo dois, é realizada a conceituação do termo *Estratégia* e apresentada sua evolução, ao longo do tempo. São apresentados conceitos julgados relevantes para o entendimento do trabalho.

No capítulo três, são identificados os Interesses Navais modernos da China, enquanto que, no quatro, é analisada, sob a forma de perspectiva histórica, a Evolução do Pensamento Estratégico Naval da China.

No capítulo cinco, a partir dos conhecimentos obtidos nos capítulos anteriores, são evidenciadas as contribuições para o Pensamento Estratégico Naval do Brasil e, finalizando, é realizada a conclusão do trabalho.

Este trabalho se justifica pelo fato de que a República Popular da China, alinhada com a dinâmica de um cenário internacional cada vez mais interdependente, expande seus interesses políticos e econômicos em direção ao exterior, desenvolvendo seus Poderes Marítimo e Naval de forma acelerada e assertiva, o que a torna relevante como foco de pesquisa.

A delimitação temporal do estudo abrange um período que se estende da Revolução Maoísta, de 1949, que fundou a República Popular da China, até os dias atuais.

## 2 A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Historicamente, a evolução das sociedades foi caracterizada por períodos de conflitos sucedidos por períodos de paz. Em seu livro “*Tratado de Polemologia (Sociología de las Guerras)*”, Gaston Bouthoul estuda os fatores que causaram as grandes alterações do *status quo* de diversos grupos sociais e afirma que “a guerra é o mais importante de todos os fenômenos sociais”, trazendo uma perspectiva de que “os conflitos armados marcaram a história e o desenvolvimento das civilizações”. Segundo Bouthoul, a guerra é um fenômeno que provoca rupturas profundas e sua importância para a sobrevivência de diversos grupos sociais provocou “o desenvolvimento de conhecimentos específicos para lidar com ela” (BOUTHOU, 1984).

Esses conhecimentos específicos foram desenvolvidos ao longo tempo, em especial, a partir do legado deixado por seus combatentes. Em Atenas, na Grécia antiga, durante as guerras entre cidades-estados, os líderes militares já procuravam dispor suas forças no campo de batalha, buscando a melhor formação para derrotar o inimigo e garantir a obtenção de seus objetivos (GRAVE e MENDES, 2001 e LIMA, 2012).

Esses líderes que estudavam as guerras, e as formas de se obter sucesso nos combates, passaram a ser chamados de *estrategos*, função de elevado destaque e importância capital. Dessa forma, nasce a *Estratégia*, com um significado relacionado à arte de pensar e fazer a guerra, de produzir planos a serem executados e de como conduzir os exércitos para a vitória (GRAVE e MENDES, 2001 e LIMA, 2012).

Com o passar do tempo e a evolução das sociedades, a guerra se tornou um fenômeno mais complexo, com desdobramentos além do campo de batalha e em diversas áreas do conhecimento. A estratégia passou então a ter um conceito ligado à administração do poder militar, não só da utilização eficaz dos exércitos, da disposição e movimentação da

força militar nas batalhas, mas também, e principalmente, da utilização dos recursos disponíveis, articulados no tempo e no espaço (VIANNA FILHO, 1995).

Nesse contexto, Liddell Hart, em seus estudos, definiu que essa administração do poder militar poderia ser denominada de *Estratégia Pura*, evidenciando que, fora dos campos de batalha, as ações de dirigir e gerenciar os recursos disponíveis de uma nação, a fim de atingir um objetivo estabelecido pela política, seriam o que ele chamou de *Grande Estratégia* (VIANNA FILHO, 1995).

Segundo Liddell Hart, a *Grande Estratégia* abrange os campos econômico, psicossocial, militar e político, de modo a atender as necessidades de condução da guerra e para atingir os objetivos do Estado e a paz subsequente, preocupando-se com a segurança e a prosperidade futura.

A partir do surgimento dos Estados-Nação, a estratégia passa a estar diretamente relacionada ao Poder Nacional<sup>7</sup>, pois é o instrumento que o fortalece e o aplica, no campo interno ou no âmbito internacional. A complexidade crescente das relações dos diversos atores do Sistema Internacional estendeu os conflitos para além de questões de segurança, associando-os a questões econômicas e políticas. Portanto, o Estado deve dispor de poder e mostrar-se disposto a empregá-lo, a fim de dissuadir antagonismos e dar credibilidade à vontade nacional (VIANNA FILHO, 1995).

Dessa forma, pode-se concluir que a estratégia evoluiu ao longo do tempo, acrescentando às questões militares, relacionadas à segurança e à defesa, uma teia complexa de fatores que visam, numa visão abrangente, a desenvolver o Poder Nacional. Oliveira (2013), numa visão pragmática, consolida a definição de estratégia como sendo "a arte, ou

---

<sup>7</sup> O Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto dos homens e dos meios que constituem a Nação, atuando em conformidade com a vontade nacional, para alcançar e manter os objetivos nacionais (BRASIL, 2014).

processo, ou conjunto ordenado de procedimentos e ações, ou *caminho, visando à consecução de objetivos*" (OLIVEIRA, 2013, grifo nosso).

Vianna Filho (1995) cita que no nível das estratégias específicas, a Estratégia Militar é a que, nesse processo evolutivo, demandou a maior atenção e desenvolvimento, haja vista a histórica relação com a necessidade dos Estados buscarem manter a soberania sobre os seus espaços territoriais e proverem segurança à sua população.

Na sequência deste capítulo, e utilizando os conceitos apresentados, serão abordados aspectos do pensamento estratégico chinês e a importância dada à Estratégia Militar, ou *Estratégia Pura*, dentro de uma *Grande Estratégia*, de forma a atingir os objetivos definidos pelo nível político da China.

## 2.1 A Estratégia Militar da China

Em maio de 2015, o Gabinete de Informação do Conselho de Estado da República Popular da China divulgou a mais nova versão de seu Livro Branco de Defesa<sup>8</sup>. Em que pese as versões anteriores terem o título de “Defesa Nacional da China”<sup>9</sup>, essa última versão passou a ser chamada de “Estratégia Militar da China”<sup>10</sup> (CHINA, 2015).

A Estratégia Militar da China (EMC) apresenta significativas alterações em relação às oito versões anteriores, apresentando um maior detalhamento das suas intenções estratégicas e de como pretende desenvolver suas Forças Armadas para atingir seus objetivos nacionais<sup>11</sup> estratégicos.

---

<sup>8</sup> *China's Defense White Paper*, tradução nossa.

<sup>9</sup> *China's National Defense*, tradução nossa.

<sup>10</sup> *China's Military Strategy*, tradução nossa.

<sup>11</sup> Para entendimento dessa expressão, pode-se utilizar a mesma definição constante da Doutrina Básica da Marinha do Brasil: “representam a cristalização de necessidades, interesses e aspirações que, em determinada fase de sua evolução histórica e cultural, a Nação busca alcançar.” (BRASIL, 2014)

Antes de iniciar a apresentação da EMC, cabe realizar uma descrição da estrutura organizacional das Forças Armadas da República Popular da China (RPC)<sup>12</sup>.

As Forças Armadas da RPC são compostas pelo Exército Popular de Libertação, pela Força de Polícia Armada do Povo e pela Milícia. Essas instituições exercem um significativo papel na estratégia geral de desenvolvimento da China e suportam as missões de salvaguardar a soberania nacional e a defesa dos seus interesses nacionais (CHINA, 2013).

O Exército Popular de Libertação (EPL) é uma força militar unificada na qual os componentes terrestre, naval e aéreo são subordinados à sua estrutura. É composto pela Força Terrestre do EPL, pela Marinha do EPL, pela Força Aérea do EPL e pelo Segundo Corpo de Artilharia do EPL (CHINA, 2013).

A Marinha do EPL é responsável por assegurar a soberania sobre o mar territorial e a defesa dos direitos e interesses marítimos da China. É composta pela Força de Submarinos, Força de Superfície, Força Aeronaval, Força de Fuzileiros Navais e de Defesa Costeira, e possui três Esquadras: do Norte, do Leste e do Sul<sup>13</sup>.

A Força Aérea do EPL é responsável pela segurança e defesa do espaço aéreo nacional chinês e o Segundo Corpo de Artilharia do EPL é a componente principal da estratégia de deterrência chinesa. É composta por Forças de mísseis nucleares e convencionais cujo objetivo é dissuadir que outros Estados usem armas nucleares contra a China (CHINA, 2013)

Em tempo de paz, a Força de Polícia Armada do Povo tem a missão de exercer a autoridade policial, o controle aduaneiro, as ações de emergências em caso de calamidades, o combate ao terrorismo e o apoio ao desenvolvimento econômico nacional. Em tempo de guerra, sua missão é apoiar o Exército Popular de Libertação em operações defensivas. A

---

<sup>12</sup> As Forças Armadas são subordinadas à Comissão Militar Central (CMC). A estrutura organizacional da CMC consta do Almanaque 2014 do Partido Comunista Chinês. Nota do Autor.

<sup>13</sup> O detalhamento das Esquadras da RPC será apresentado no capítulo quatro. Nota do Autor.

Milícia é uma organização armada empregada como reserva do Exército Popular de Libertação (CHINA, 2013).

Neste trabalho, como o foco do estudo está centrado nas forças componentes do EPL, doravante, serão utilizados os acrônimos “FTEPL” para referências ao Componente Terrestre do EPL, “MEPL” para referências à Marinha do EPL, e “FAEPL” para referências à Força Aérea do EPL<sup>14</sup>.

## 2.2 O domínio do Mar

Dentre os conceitos explícitos na EMC, consta o principal objetivo militar: “estar preparada para conflitos regionais nos quais comando, controle, comunicações, inteligência, reconhecimento e vigilância serão vitais” (CHANG, 2015)<sup>15</sup>. Para atingir as capacidades necessárias para esse objetivo, as Forças Armadas chinesas tencionam focar o seu desenvolvimento em quatro domínios: ciberespaço, espaço sideral, nuclear e os oceanos (CHINA, 2015).

Dos quatro domínios listados, o desenvolvimento chinês no domínio dos oceanos é o que desperta o interesse para este trabalho, e, por uma delimitação de abrangência do estudo, será o seu foco.

---

<sup>14</sup> Em que pese a referência à Força Terrestre para fins de entendimento do trabalho, na atual estrutura da Comissão Militar Central (CMC) há um Comando para a Marinha (MEPL), um Comando para Força Aérea (FAEPL) e um Comando para o Segundo Corpo de Artilharia, mas não há um Comando para a Força Terrestre, sendo esse comando exercido, na prática, pelo Chefe do Estado-Maior Geral do EPL (cargo homólogo ao EMCFA do Brasil). Há um projeto para se criar um Comando para a Força Terrestre na próxima reforma estrutural do EPL. Nota do Autor.

<sup>15</sup> Do original no idioma inglês: “*the Chinese military’s primary aim: to prepare itself to fight “local wars under conditions of informationization”- in other words, regional conflicts in which command, control, communications, intelligence, reconnaissance, and surveillance (C4ISR) would play major roles*” (CHANG, 2015). Entrevista com o Senior Captain Zhang Junshe, Vice President of the China Naval Research Institute, Beijing, <http://english.cntv.cn/2015/05/27/VIDE1432675208303328.shtml>; “*White Paper highlights ‘active’ defense strategy,*” interviewee Senior Colonel Zhou Bo, China Ministry of National Defense, host Han Bin, <http://english.cntv.cn/2015/05/26/VIDE1432614727198411.shtml>.

Atualmente, a RPC tem adotado uma postura cada vez mais assertiva nas regiões leste e sul do Mar da China e, como consta da sua Estratégia Militar, tenciona expandir as capacidades, o alcance geográfico de atuação e a natureza das operações militares da MEPL, de modo a obter uma capacidade efetiva de operação em áreas marítimas afastadas ou, no jargão naval, em Águas Azuis.

Dessa forma, de modo a possibilitar alcançar a proposição apresentada, serão identificados, no próximo capítulo, os Interesses Navais modernos da China. Posteriormente, no capítulo quatro, será apresentado como o Pensamento Estratégico Naval da China evoluiu até atingir as capacidades necessárias para atingi-los.

Ao longo deste trabalho, o termo *capacidade* é citado inúmeras vezes quando se refere às aptidões da MEPL para atender às estratégias navais. Considera-se que o entendimento do seu significado é fundamental para os objetivos deste trabalho, razão pela qual se buscou uma definição consistente para expressar a definição do termo.

Dessa forma, realizou-se uma pesquisa nos documentos doutrinários da MB acerca do significado desse termo e observou-se que a Doutrina Básica da Marinha (BRASIL, 2014) não apresenta uma definição específica para o seu significado, apesar de citá-lo inúmeras vezes com um sentido de “aptidão”.

Em seguida, foi verificado que a Estratégia Militar de Defesa do Brasil (BRASIL, 2007) apresenta uma definição específica: capacidade é “a essência da Defesa Nacional, devido ao seu poder de coação e efeito dissuasório” (BRASIL, 2007).

Este autor, porém, considera que esta definição é por demais abrangente, não sendo possível relacioná-la com o sentido de aptidão.

Oliveira (2013), por sua vez, apresenta uma definição mais específica, que permite relacioná-la claramente às aptidões necessárias a uma força:

Capacidade é a aptidão necessária e suficiente a uma força, para o cumprimento de uma operação ou ação militar específica. A capacidade se expressa mediante a definição dos meios, efetivos e recursos logísticos necessários à execução de uma operação ou ação militar específica, considerando a duração, a permanência, o ambiente operacional e a margem de risco envolvida (OLIVEIRA, 2013).

Ainda segundo Oliveira, o desenvolvimento de capacidades “depende de uma decisão político-estratégica dos Estados, o que a torna não padronizada” (OLIVEIRA, 2013).

Essa definição, doravante, é a que este autor utilizará quando o termo for citado, e será fundamental para o entendimento da intrincada relação que o desenvolvimento da MEPL, em especial em relação aos meios, efetivos e recursos logísticos, teve com as decisões político-estratégicas dos altos dirigentes da RPC.

### 3 OS INTERESSES NAVAIS DA CHINA

A EMC torna explícita uma orientação em direção à transformação da RPC em uma potência marítima, citando que seus crescentes interesses no exterior mudaram o seu foco estratégico. Num contraponto formal à tradicional visão de que a China se limitaria a ser uma potência terrestre continental, a EMC ressalta que “a mentalidade tradicional de que a terra se sobrepõe ao mar deve ser abandonada” (CHINA, 2015)<sup>16</sup>.

Essa nova visão estratégica que, no passado, poderia ser considerada uma heresia nos meios militares chineses, em face da tradicional baixa prioridade dada aos assuntos marítimos, marca a primeira mudança formal da estratégia naval chinesa, desde 1993, e só foi possível porque, em face do acelerado crescimento econômico vivenciado nos últimos anos, o governo chinês avaliou aquele como o momento ideal para integrar a sua nova Estratégia Naval à sua *Grande Estratégia* (SHARMAN, 2014; CHINA, 2015 e CHANG, 2015)

Essa alteração de postura se deve à expansão dos interesses chineses, e reflete o redirecionamento da sua estratégia de uma preocupação prioritária com a segurança interna e com a integridade territorial, para um foco em assegurar a estabilidade no seu entorno estratégico para buscar atingir seus Interesses Nacionais em regiões distantes do seu litoral (CHINA, 2015).

Deve ser dada uma grande importância à gestão dos mares e dos oceanos, de modo a proteger os direitos e interesses marítimos chineses. É necessário o desenvolvimento de uma estrutura de força militar marítima moderna, compatível com seus interesses de segurança e de desenvolvimento nacionais, a fim de salvaguardar a soberania nacional e os direitos e interesses marítimos, proteger as LCM estratégicas e os interesses chineses no exterior, participar de cooperação marítima internacional, de modo a proporcionar apoio estratégico para a transformação da China em uma potência marítima (CHINA, 2015, tradução nossa)<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Original em inglês: “*The traditional mentality that land outweighs sea must be abandoned*” (CHINA, 2015, p.8)

<sup>17</sup> Original em inglês: “*Great importance has to be attached to managing the seas and oceans and protecting maritime rights and interests. It is necessary for China to develop a modern maritime military force structure commensurate with its national security and development interests, safeguard its national sovereignty and maritime rights and interests, protect the security of strategic SLOCs and overseas*

### 3.1 Os Interesses modernos da China

Atualmente, entre os principais objetivos político-estratégicos da RPC cita-se: retomar o controle político de Taiwan, assegurar a defesa do seu litoral e confirmar sua soberania sobre ilhas nos Mares do Sul e do Leste da China (SHARMAN, 2015b).

Nos últimos anos, a RPC experimentou um acelerado crescimento econômico, que vem ocorrendo a taxas significantes desde 1990, com uma média de crescimento do PIB de 9,3 % ao ano. O modelo econômico adotado a partir da gestão do líder *Deng Xiaoping*, em 1978, provocou uma crescente interligação da China aos mercados internacionais. A corrente de comércio internacional avançou aceleradamente, em especial após o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, e registrou, em 2014, um volume superior a 4,3 trilhões de dólares norte-americanos (BRASIL, 2015).

Para sustentar esse crescimento econômico baseado no comércio internacional, a China se deparou com a importância crescente do seu comércio marítimo, tanto no que se refere à exportação de seus produtos manufaturados, quanto no que se refere à importação de recursos naturais necessários para garantir as fontes de energia e matéria prima para a sua produção.

Por esse motivo, o que pode ser considerado uma virtude em um mundo cada vez mais globalizado, se tornou, ao mesmo tempo, uma vulnerabilidade, haja vista a crescente interdependência da China com esses mercados.

Assim, aos históricos objetivos político-estratégicos, se somaram os objetivos de manter as condições necessárias para o crescimento do Estado e os elos com a economia mundial, que passaram a ser considerados os “Interesses Nacionais modernos da China”, e que crescem de importância à medida que a economia chinesa se desenvolve.

---

*interests, and participate in international maritime cooperation, so as to provide strategic support for building itself into a maritime power”* (CHINA, 2015, p.8)

Nesse contexto, Fravele e Liebman citam que a MEPL, de forma pouco ortodoxa, está se moldando para atuar como protetora da economia chinesa, utilizando um crescente protagonismo para incrementar os orçamentos destinados à sua modernização e expansão (FRAVELE e LIEBMAN, 2007).

Cabe então buscar explicitar o entendimento do significado de “Interesses Nacionais da China”, constante da EMC. Segundo Taylor Fravele e Alexander Liebman, esses interesses estão refletidos na expressão *haiyang quan*<sup>18</sup>, comumente abreviado para *haiquan* ou “*China’s Maritime Interests*”.

Esse termo tem sido utilizado desde os anos 1980 e o seu significado tem evoluído ao longo tempo. Ao passo que a sociedade se desenvolve, e o conhecimento dos oceanos aumenta, o significado e as implicações de *haiquan* continuamente se modificaram.

No passado, a China tinha um entendimento restrito de *haiquan*, que englobava apenas a proteção do seu litoral e de suas águas costeiras. Com o passar do tempo e um maior entendimento das potencialidades e oportunidades advindas do ambiente marítimo, *haiquan* passou a ter um significado mais abrangente, incluindo a habilidade de navegar em águas internacionais e a capacidade de prospectar recursos marinhos.

Segundo os autores, atualmente, *haiquan* evolui na direção do que se chama *junshi haiquan*, ou “direitos e interesses militares marítimos”, que se refere à livre navegação de navios de guerra para a proteção das Linhas de Comunicações Marítimas (LCM) chinesas em águas internacionais.

Em que pese a histórica visão de que o mar seria apenas um fosso que tinha uma papel secundário de proteger o continente contra ameaças externas, a evolução do pensamento estratégico chinês caminhou para o entendimento de que o mar tem um valor em si mesmo, e

---

<sup>18</sup> Existem, ao longo deste trabalho, referências a termos escritos originalmente em caracteres chineses que foram grafados no alfabeto latino. Existem dois métodos para essas grafias: os métodos *Wade-Giles*, predominante até a década de 1980, e o *Pinyin*, oficialmente adotado pela RPC em 1979, e o mais empregado atualmente (KISSINGER, 2011). Este autor manterá as grafias transliteradas pelas diversas fontes de pesquisa, a fim de manter a originalidade dos textos referenciados. Nota do Autor.

que é fonte de recursos vitais para o desenvolvimento do Estado, e, por isso, deveria também ser protegido (FRAVELE e LIEBMAN, 2007).

Os Interesses Nacionais chineses incluem 300 milhões de quilômetros quadrados de *território azul*, que correspondem à área que a China entende como de sua soberania; três grupos de ilhas e arrecifes que são disputados por outros Estados; uma ZEE rica em recursos naturais e LCM que abastecem a China com fontes de energia e matérias-primas vitais para a sua sobrevivência e que a conectam com a economia internacional. Assim, de uma forma abrangente, a MEPL passou a ser vista como uma “guardiã da economia chinesa” (FRAVELE e LIEBMAN, 2007).

### **3.2 O Dilema de Málaca**

A relevância da necessidade de defender as LCM está centrada no fato da economia chinesa ser altamente dependente do comércio internacional, e que 90% dele é transportado através dos mares. Portanto, uma interrupção desse fluxo comercial colocaria em risco o abastecimento de importantes insumos para produção de energia e para atividades estratégicas.

Isso significa que a China não deverá mais focar a sua estratégia naval apenas na defesa do seu litoral, mas também na proteção de suas LCM em rotas em águas internacionais, incluindo as que passam pelo Oriente Médio, de onde mais da metade dos suprimentos de petróleo que a China importa provêm.

Dessa forma, é possível visualizar o principal problema chinês: as características geográficas do seu entorno estratégico.

O Mar Amarelo e os Mares do Sul e do Leste da China são rodeados pelo que autores e estrategistas chineses chamam de “*First Island Chain*”<sup>19</sup>, uma cadeia de ilhas que se estendem entre Japão, Filipinas e Indonésia<sup>20</sup>.

Para acessar os portos da costa leste da China<sup>21</sup>, os navios mercantes oriundos do ocidente precisam passar por *choke points*<sup>22</sup>, como por exemplo, o Estreito de Málaca, por onde 82% das importações de petróleo da China passaram ao longo de 2013<sup>23</sup>.

A questão estratégica associada a esse *choke point* é que ele está ligado à interesses estratégicos de outros Estados, como por exemplo os EUA, que executam atividades navais na região (CHINA’S, 2015b).

Essa questão é registrada em publicações acadêmicas como “*Malacca dilemma*”<sup>24</sup> e descreve uma situação de vulnerabilidade, pois a China tem grandes interesses econômicos e estratégicos na região, porém, não possui a influência necessária para exercer algum grau de controle sobre o estreito (SHAOFENG, 2010).

Dessa questão relacionada à vulnerabilidade dos *choke points* surge talvez a questão estratégica mais relevante para os estrategistas navais chineses na atualidade: a possibilidade de um bloqueio<sup>25</sup> desse *choke point* em caso de conflito ou guerra, o que comprometeria significativamente a sua segurança interna.

Nesse sentido, para lidar com essa importante vulnerabilidade, a China tem procurado desenvolver o seu Poder Naval, a fim de proporcionar uma proteção efetiva às suas LCM que atravessam esse ponto focal (SHAOFENG, 2010).

<sup>19</sup> Primeira Cadeia de Ilhas, tradução nossa.

<sup>20</sup> Ilustração: ANEXO A – Figuras 2 e 3, p. 85 e 86.

<sup>21</sup> Ilustração: ANEXO B – Figura 4, p. 87.

<sup>22</sup> Pontos Focais, tradução nossa.

<sup>23</sup> Ilustração: ANEXO B – Figura 5, p. 88.

<sup>24</sup> Dilema de Málaca, tradução nossa. Expressão cunhada pelo ex-líder chinês Hu Jintao (2002-2012) (JANK, 2015)

<sup>25</sup> Segundo a Doutrina Básica da Marinha do Brasil (2014), um bloqueio significa “o exercício de elevado grau de controle sobre determinada área, com o efeito desejado de impedimento do trânsito ou o movimento de navios e deve observar os princípios do Direito Internacional. Nesse sentido, o Direito Internacional estabelece que a realização de bloqueio a um porto, área ou Estado deve ser aplicado ao tráfego marítimo de todas as bandeiras”. Nota do Autor.

Corroborando a importância estratégica dessa questão, o Relatório Anual ao Congresso Norte-americano sobre Segurança e Defesa da China (EUA, 2015), um documento público, disponível em fontes abertas, apresenta um mapeamento dos *choke points* por onde passam os suprimentos de insumos de energia da China, demonstrando o interesse dos EUA em conhecer os pontos sensíveis chineses (EUA, 2015).

Esse interesse por essa vulnerabilidade chinesa pode ser observado, também, pela relevante quantidade de estudos estratégicos produzidos por instituições acadêmicas e “*think tanks*”<sup>26</sup> ocidentais sobre o assunto, em especial instituições como o *Naval War College*, *RAND Corporation*, *Stratfor*, *Strategic Institute for Maritime Affairs* e outros.

A necessidade chinesa de desenvolver suas capacidades de operação em Águas Azuis está relacionada a um aspecto estratégico importante: no caso de um eventual bloqueio ao Estreito de Málaca se concretizar, ele deverá ocorrer além da primeira cadeia de ilhas que circundam o território marítimo da China, ou seja, nas águas do Oceano Índico.

Isso porque, atualmente, a MEPL já atingiu uma considerável capacidade de negação de uso do mar na área interior a essa cadeia de ilhas, o Mar do Sul da China, o que impediria uma movimentação segura de forças navais para a realização das operações necessárias para a efetivação do bloqueio (AS CHINA, 2015a).

Com relação a essa capacidade de negação do uso do mar, a MEPL implementou o que documentos operacionais referenciam como *Anti-access and Area Denial Strategy* (A2/AD)

A2/AD é a possibilidade de enfrentamento a um oponente naval com capacidade militar superior em uma abordagem assimétrica. Em vez de desafiar o oponente diretamente de uma maneira convencional, o defensor opta por interromper e negar o acesso através de guerrilha ou ações não convencionais por ar, mar e - em menor grau - terra. O objetivo é o de impedir um ataque, provocando

---

<sup>26</sup> O conceito de *think tank* faz referência a “instituições dedicadas a produzir e difundir conhecimentos e estratégias sobre assuntos vitais – sejam eles políticos, econômicos ou científicos. Assuntos sobre os quais, nas suas instâncias habituais de elaboração (estados, associações de classe, empresas ou universidades), os cidadãos não encontram facilmente insumos para pensar a realidade de forma inovadora” (LEIS, 2009).

prejuízos insustentáveis, ou simplesmente ganhar tempo para que aliados possam intervir (AS CHINA, 2015a, tradução nossa).<sup>27</sup>

Assim, para se contrapor à vulnerabilidade dos *choke points*, a China tem desenvolvido, progressivamente, uma capacidade de atuação em mares abertos, com atuação em regiões além da primeira cadeia de ilhas, evitando ou minimizando a possibilidade de um bloqueio restringir o seu suprimento estratégico. Como consequência, a MEPL busca aumentar a sua presença no Oceano Índico, a fim de proteger suas LCM.

Para uma Marinha que até a metade dos anos 1990 não era capacitada para navegar em áreas oceânicas, a MEPL atingiu um marco relevante quando, em dezembro de 2008, com um Grupo-Tarefa de três navios, atingiu e cruzou o Estreito de Málaca para participar de operações antipirataria na costa da Somália. Este evento é considerado o primeiro *deployment*<sup>28</sup> de uma força naval chinesa fora da região Ásia-Pacífico, desde a expedição do Almirante Zheng He, no século XV (BHASCAR, 2014)<sup>29</sup>.

Desde então, a MEPL já conduziu mais de dezoito missões em ações antipirataria na região da Somália, utilizando diversas composições de Força. Mais de sessenta meios navais de diferentes classes fizeram parte dessa operação e realizaram visitas oficiais a Estados no Oceano Índico, o que demonstra que a MEPL adquiriu capacidade de manter uma presença sustentada na região. Os Grupos-Tarefa antipirataria são apenas uma parte dessa

---

<sup>27</sup> A fim de ampliar conhecimentos relacionados ao conceito citado, sugere-se consultas às seguintes referências:

USA. Department Of Defense. *Joint Operational Acces Concept (JOAC). Distinction between antiaccess and area-denial*. Disponível em: <[http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC\\_Jan%202012\\_Signed.pdf](http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC_Jan%202012_Signed.pdf)>

USA. Department of Defense. *Joint Operational Planning JP-5.0*. Disponível em: <[http://www.dtic.mil/doctrine/new\\_pubs/jp5\\_0.pdf](http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp5_0.pdf)>

USA. Department Of Defense. *Air-Sea Battle. Service Collaboration to Adress Anti-Acess & Area Denial Challenges*: <<http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/ASB-ConceptImplementation-Summary-May-2013.pdf>>

- TANGREDI, Sam. *Anti-Acess Warfare: Countering A2/AD Strategies*. Annapolis Naval Institute Press, 2013".

<sup>28</sup> Utilizando-se como referência o emprego do termo na Marinha dos EUA, *Deployment* pode ser definido como uma mudança de uma formação de cruzeiro para uma disposição para a batalha, ou o movimento de forças dentro de áreas operacionais de interesse. Engloba todas as atividades desde a estação de origem até o destino operacional. Os *Deployments* podem durar entre noventa dias e quinze meses (Military, 2015). Disponível em: <<http://www.military.com/deployment/deployment-overview.html>>

<sup>29</sup> Xiaoxing cita que em 12 de abril de 1989, o navio de treinamento *Zhenghe* visitou o porto de Pearl Harbour, no Havaí. Foi a primeira visita de um navio escoteiro chinês aos EUA (XIAOXING, 2013).

presença, uma vez que há evidências quanto à presença de submarinos chineses no porto de Colombo, no Sri Lanka em 2014 (BHASCAR, 2014).

BHASCAR (2014) registra que Estados importantes na região deverão se acostumar com a presença de navios da MEPL navegando no Oceano Índico. Da mesma forma, o Japão e os Estados Unidos da América devem esperar, no futuro, a presença de patrulhas aéreas e navais chinesas no oceano Pacífico.

#### 4 A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL DA CHINA

Após a identificação dos interesses modernos da China, neste capítulo, será apresentado como se deu a evolução do Pensamento Estratégico Naval da China, tanto no que se refere à natureza das operações militares, como no alcance geográfico de atuação da MEPL; desde uma atuação exclusiva na proteção do litoral Chinês contra as ameaças externas, no período imediatamente após a Revolução Maoísta de 1949, até uma atuação mais heterodoxa, como protetora dos Interesses Nacionais modernos da China, em especial, na proteção das LCM, em pontos focais e em Águas Azuis.

Essa evolução é ratificada pela EMC, que, em sua versão de 2015, tornou explícito que a estratégia naval da China deixará de ser apenas “*offshore waters defense*” e passará a englobar, simultaneamente, “*offshore waters defense*” e “*open seas protection*”<sup>30</sup>.

Alinhada com a exigência estratégica de operações de defesa, a MEPL mudará gradualmente de foco, de “defesa de águas marítimas aproximadas”, para uma combinação de “defesa de águas marítimas aproximadas” com “proteção em áreas marítimas afastadas”<sup>31</sup>, e construirá estrutura de força de combate marítimo combinada, multifuncional e eficiente. A MEPL ampliará suas capacidades para contenção e contra-ataque estratégicos, manobras no mar, operações conjuntas no mar, defesa ampla e apoio amplo (CHINA, 2015, tradução nossa)<sup>32</sup>.

Em que pese essa apresentação ser realizada sob a forma de perspectiva histórica, a partir da metade do século XX, não se pretende detalhar a evolução da MEPL, o que mereceria o desenvolvimento de um trabalho específico para tal e do qual já existem trabalhos realizados, por outros autores, nesse sentido.

<sup>30</sup> “*Offshore waters defense*” e “*Open seas protection*” são os termos que a EMC denomina as estratégias navais da China e terão os seus significados detalhados ao longo do trabalho. Nota do Autor.

<sup>31</sup> Original: *offshore waters defense and open seas protection*. Tradução nossa.

<sup>32</sup> Original em inglês: “*The PLA Navy (PLAN) will gradually shift its focus from "offshore waters defense" to the combination of "offshore waters defense" with "open seas protection," and build a combined, multi-functional and efficient marine combat force structure. The PLAN will enhance its capabilities for strategic deterrence and counterattack, maritime maneuvers, joint operations at sea, comprehensive defense and comprehensive support*” (China, 2015, p.7)

Este trabalho tenciona registrar pontos relevantes de inflexão que contribuíram para que a RPC atingisse uma capacidade de operar em Águas Azuis, partindo de um Poder Naval<sup>33</sup> considerado fraco e obsoleto até atingir as capacidades necessárias para a integração da MEPL aos *Interesses Nacionais* modernos da China.

Há que se registrar que durante o processo de pesquisa para este trabalho, foi observada uma menor disponibilidade de documentação, em fontes abertas, contendo um referencial teórico para essa evolução sob o ponto de vista de autores chineses, em comparação à farta documentação elaborada por escritores ocidentais, versando sobre a crescente ascensão da China como potência marítima.

Para este capítulo, entre as diversas referências utilizadas, destacam-se: o livro “*La Armada del Ejército Popular de Liberación de China*”<sup>34</sup>, organizado por Gao Xiaoxing e escrito por especialistas militares chineses, com o intuito de dar mais transparência aos assuntos de defesa na China; a Estratégia Militar da China; o texto do professor associado do Departamento de Pesquisa Estratégica do *U.S. Naval War College* e membro do Instituto de Estudos Marítimos da China, Ph.D Nan Li<sup>35</sup>; e o Relatório “*A Modern Navy With Chinese Characteristics*” do Escritório de Inteligência Naval dos EUA<sup>36</sup>.

Cabe ressaltar que, ao se analisar os documentos escritos por instituições acadêmicas ou oficiais ocidentais, observou-se que há um viés no sentido de se avaliar as consequências das atividades chinesas na região Ásia-Pacífico, sob o ponto de vista ocidental.

---

<sup>33</sup> O termo Poder Naval está sendo empregado em consonância com a definição constante da DBM: “é um componente da Expressão Militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar (...), incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos objetivos identificados [...]” (BRASIL, 2014).

<sup>34</sup> Editora *China Intercontinental Press*. Faz parte de uma coletânea de publicações chinesas que têm o propósito de fomentar a transparência no que concerne ao desenvolvimento das Forças Armadas da China. Nota do autor.

<sup>35</sup> O Ph.D Nan Li tem publicações extensivas de Política de Segurança e Defesa da China e seus artigos têm sido publicados em instituições como o “*China Quarterly, Security Studies, China Journal, Armed Forces & Society, Issues and Studies, Asian Security, U.S. Naval War College Review, U.S. Naval Institute Proceedings*”, e outros. Nan Li recebeu o título de Ph.D em Ciência Política da Universidade de Johns Hopkins nos EUA. Nota do autor.

<sup>36</sup> As publicações citadas e as datas de publicação encontram-se na Lista de Referências. Nota do Autor.

Por outro lado, há uma preocupação crescente, entre autoridades chinesas, em fomentar a produção de conhecimentos no sentido de dar maior transparência aos assuntos de defesa, fazendo um contraponto a essas interpretações. A publicação sistemática, a cada dois anos, da Estratégia Militar da China e a publicação de livros, como o organizado por Gao Xiaoxing, demonstram essa preocupação, buscando minimizar as interpretações unidimensionais, de suas ações, por outros Estados.

#### 4.1 Os primeiros anos da República Popular da China

De acordo com Nan Li, a conceituação de uma estratégia militar deve levar em consideração dois importantes fatores: a natureza da operação militar, se defensiva ou ofensiva, e os limites geográficos dessas operações (LI, 2009).

Essa conceituação será fundamental para entender, ao longo desse capítulo, como se deu a evolução da Estratégia Naval de forma progressiva e contínua, compatível com as reais capacidades existentes, a cada época, e como cada estratégia orientou o desenvolvimento de novas capacidades necessárias para atingir um Poder Naval crível e adequado para atingir os objetivos estabelecidos pelo nível político.

Cabe aqui citar novamente Lidell Hart, que definiu a estratégia como “a arte de distribuir recursos e aplicar questões militares para atingir os fins da política”<sup>37</sup>. (HART, 1967)

O período a partir da Revolução Maoísta e da proclamação da República Popular da China (RPC), em 1949, até o início da década de 1980, caracterizou-se por conflitos entre China e Taiwan e pela ameaça de incursão pelo litoral de forças do *Kuomintang*<sup>38</sup>, baseadas naquela ilha. O planejamento de defesa da RPC estava centrado na possibilidade de que essas

---

<sup>37</sup> Original em inglês: “*The art of distributing and applying military means to fulfil the ends of policy*”.

<sup>38</sup> *Kuomintang*: Partido Nacionalista Chinês.

forças realizassem ações ofensivas com o objetivo de retomar o controle político perdido com a Revolução (LI, 2009).

O principal problema a ser enfrentado era a extensão<sup>39</sup> do litoral, que exigia uma grande quantidade de meios para executar uma proteção consistente da costa chinesa. Nesse período, a MEPL não dispunha nem dos meios necessários e nem de recursos para a defesa de toda a área marítima adjacente ao litoral (LI, 2009).

Na verdade, como cita Xiaoxing (2013), desde sua criação, a principal fonte de meios navais da MEPL eram os antigos e obsoletos navios e barcos da Armada do *Kuomintang*, que haviam sido capturados ou descartados, e embarcações comerciais e de pesca que foram requisitados pelo Partido Comunista Chinês. Esse conjunto de navios e embarcações estava muito desgastado e alguns navios eram provenientes da Segunda Guerra Mundial, com mais de quarenta anos de uso.

Esses meios tinham origem em Estados como EUA, Reino Unido, Japão, França, Alemanha, Canadá e Austrália, e contavam com mais de 355 diferentes classes de máquinas principais e auxiliares. Faltavam sobressalentes e muitos equipamentos estavam descontinuados. O armamento de bordo era proveniente de mais de trinta países diferentes. Segundo Xiaoxing, devido a essas diferentes origens, a MEPL era qualificada como “uma exposição universal de navios obsoletos” (XIAOXING, 2013).

Além disso, para dificultar as ações da MEPL, forças do *Kuomintang* realizavam bombardeios aéreos a essas embarcações, causando perdas significativas e resultando em uma Marinha débil para a tarefa de proteger o extenso litoral chinês.

Como medida mitigadora dessa dificuldade, foram definidos pontos geográficos ou focais de interesse estratégico, como estreitos e rotas marítimas, ou pontos identificados

---

<sup>39</sup> O litoral chinês tem a extensão de cerca de 18.000 quilômetros.

como passíveis de serem explorados por Taiwan para atacar alvos estratégicos em terra, a fim de concentrar a defesa naval chinesa (LI, 2009).

Desse conceito de pontos focais se deu a origem do posicionamento estratégico das três Esquadras da MEPL<sup>40</sup>: A do norte, em Beihai; a do oriente, em Donghai; e a do sul, em Nanhai<sup>41</sup>. A origem da disposição dessas esquadras tinha como objetivo, respectivamente, a defesa dos estreitos de Bohai, o estreito de Taiwan e o estreito de Qiongzhou, além das áreas adjacentes a eles<sup>42</sup> (CHINA, 2013).

Nan Li cita que, nesse contexto, foi estabelecida uma estratégia naval denominada “*Near-coast defense*”<sup>43</sup>, que foi originalmente estruturada para fazer frente à hipótese de emprego baseada na ameaça de ataque ao litoral por forças de Taiwan.

Nessa concepção, foi definido que a “costa” chinesa representaria uma faixa geográfica que se iniciava em terra, a cerca de trezentos quilômetros do litoral, até o limite de uma faixa de mar não superior a dez milhas náuticas<sup>44</sup>. Os meios navais chineses, de capacidade operativa limitada, realizavam operações dentro dessa estreita faixa marítima (LI, 2009).

Com a Ordem Mundial bipolar da Guerra Fria, vigente à época, era muito difícil para a China desenvolver equipamentos e armas, devido ao atraso científico e tecnológico de sua Base Industrial de Defesa (BID) e à sua economia ainda subdesenvolvida. Nesse cenário, para buscar equipar a MEPL, a RPC seguiu o caminho da investigação científica independente e a fabricação nacional de equipamentos, uma vez que era inviável a importação de tecnologia e planos para a construção dos recursos necessários para incrementar as

---

<sup>40</sup> “*North Sea*”, “*East Sea*” e “*South Sea*” Fleets, respectivamente. Nota do Autor.

<sup>41</sup> Ilustração: ANEXO C – Figura 6, p. 89.

<sup>42</sup> Ilustração: APÊNDICE A – Figura 1, p. 84.

<sup>43</sup> Defesa próxima à costa, tradução nossa. Neste trabalho, será mantido o idioma Inglês para designar a nomenclatura das estratégias navais, a fim de manter o léxico original dos textos de referência. Nota do Autor.

<sup>44</sup> Uma milha náutica representa 1.852 metros. Nota do Autor.

capacidades operacionais da Força. Essa estratégia foi denominada como “desenvolvimento com características chinesas” (XIAOXING, 2013).

Nos fim dos anos 1950, a MEPL percebeu que seria difícil desenvolver, de forma independente, um Poder Naval adequado às suas necessidades, considerando a incipiência de sua BID. Como alternativa, procurou a obtenção de meios navais e equipamentos de origem estrangeira. Porém, em face da conjuntura da Guerra da Coreia e um embargo ocidental à compra de material militar pela China, essa opção foi inviabilizada (XIAOXING, 2013).

A única opção que restou foi a compra de navios de origem soviética, o que não atendia a necessidade de obter meios com maior sofisticação tecnológica. Foram adquiridos navios de guerra e navios auxiliares, que, apesar de muito antigos, eram relativamente mais capacitados que os navios em operação na MEPL, além da aquisição de armas submarinas e munição. Esses meios foram fundamentais para a MEPL obter seus primeiros êxitos em operações navais contra o *Kuomintang* (XIAOXING, 2013).

Em paralelo, a busca pela autossuficiência industrial foi convertida em uma política nacional e a noção de desenvolvimento autóctone foi disseminada por toda a MEPL. No final dos anos 1950, a fim de aumentar a capacidade da sua Força Naval, foi realizada uma reorientação estratégica para o desenvolvimento da BID, que passou para uma fase de imitação. Os estaleiros chineses desenvolveram capacidades e construíram navios a partir de planos estrangeiros ou por meio de engenharia reversa, o que provocou um desenvolvimento acelerado de técnicas de construção naval (XIAOXING, 2013).

No final dos anos 1960, as relações entre a China e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se deterioraram, chegando ao ponto de existirem conflitos e escaramuças na fronteira terrestre comum (LI, 2009).

Como resultado, o EPL foi obrigado a redirecionar grande parte de seus esforços de defesa em direção à ameaça de uma invasão por terra do exército soviético. Essa mudança

de prioridade, e o conseqüente redirecionamento estratégico em direção ao interior, teve como consequência a redução da importância da MEPL, que passou a ser vista como um componente secundário na estratégia de defesa chinesa. A proteção do litoral ficou em segundo plano, em face das ameaças em terra (LI, 2009).

Apesar dessa reorientação estratégica por parte do EPL, ainda era acentuada a preocupação com a defesa das áreas marítimas por parte da MEPL, pois importantes ativos estratégicos estavam localizados próximos ao litoral chinês, o que representava uma vulnerabilidade para os estrategistas chineses (LI, 2009).

A estratégia de defesa da costa foi consolidada, a partir de então, para se contrapor a uma guerra com a URSS, com um viés puramente defensivo. Como cita Nan Li, nesse período, não havia no pensamento estratégico naval chinês a intenção de utilizar a MEPL para disputas territoriais, para proteger riquezas marinhas ou o tráfego marítimo. Cabe ressaltar que a economia chinesa ainda era bastante fechada, existindo relativa independência do comércio marítimo internacional.

Somente no início dos anos 1970, com uma situação econômica mais favorável e com um maior desenvolvimento da BID provocado pela “estratégia de imitação”, a RPC deu um passo decisivo no incremento das capacidades de sua Força Naval. Foram construídos submarinos de ataque de propulsão convencional, contratorpedeiros e fragatas de maior deslocamento e armas inteligentes, como mísseis e torpedos. Todavia, o maior passo tecnológico dado viria da decisão de construir a primeira classe de submarinos nucleares chineses, a Classe *Han* (XIAOXING, 2013 e LI, 2009).

O submarino *Han* #401 foi o primeiro submarino a propulsão nuclear projetado e construído pela MEPL e foi tornado operacional em 1974<sup>45</sup>. Como é inerente a projetos de grande complexidade, o desenvolvimento desse meio teve diversos percalços. Deficiências

---

<sup>45</sup> O segundo submarino Classe *Han*, #402, só foi tornado operacional em 1980. Outros três submarinos nucleares da Classe entraram em Serviço Ativo entre 1984 e 1991 (POTTS, 2014).

relevantes como vazamento radioativo, falta de confiabilidade e incapacidade de lançar armamento quando submersos restringiram a sua capacidade de operar a longas distâncias e em águas profundas, o que limitava a sua operação às áreas marítimas aproximadas (POTTS, 2014 e LI, 2009).

Até os anos 1980, não houve significativa mudança na estratégia naval chinesa, apesar de obtenções dos meios navais citados e do primeiro submarino nuclear, que certamente elevaram a capacidade da MEPL. Nan Li cita que, na verdade, a operacionalização desses navios não foi consequência de uma proposição estratégica nova ou para reforçar a estratégia de defesa do litoral, mas como consequência de um programa de apoio ao desenvolvimento dos mísseis balísticos de longo alcance e os submarinos com capacidade de lançamento de mísseis. Eles foram empregados para a realização de missões de telemetria, acompanhamento e recolhimento de dispositivos de teste (LI, 2009).

#### 4.1.1 Conclusão parcial

Conclui-se que, para o entendimento da evolução da *Estratégia Naval da China*, devem-se levar em consideração dois aspectos: a natureza da operação militar, se defensiva ou ofensiva, e os limites geográficos dessas operações.

Nessa fase inicial, a estratégia naval foi concebida para se contrapor a ameaças bem definidas, baseando-se nas reduzidas capacidades operacionais disponíveis na MEPL. A natureza da operação militar era puramente defensiva, em função da limitação operativa que reduzia o alcance geográfico possível de atuação da MEPL, restringindo essas operações às proximidades do litoral.

Releva mencionar o fato marcante de que, em menos de trinta anos de fundação da RPC, partindo de uma BID incipiente e um Poder Naval praticamente inexistente, a MEPL desenvolveu o seu primeiro submarino nuclear. O início de sua operação, porém, apesar de

significar uma clara demonstração de desenvolvimento tecnológico, não representou uma mudança de postura estratégica, em face das limitações operacionais encontradas ao longo do seu comissionamento. A MEPL permaneceu então estagnada às operações de defesa do litoral.

Não havia, nessa fase, uma consciência marítima que despertasse a percepção de valor dos oceanos, haja vista não existir uma preocupação com a defesa de recursos marinhos ou a proteção do tráfego marítimo.

#### **4.2 A formação de uma nova concepção estratégica**

A partir de 1980, um possível confronto com a URSS passou a ser avaliado como cada vez menos provável. O emprego da MEPL ainda estava restrito á defesa do litoral e ao apoio às operações do EPL contra ameaças em terra, apesar do esforço realizado para dotar a MEPL com meios que permitissem uma maior capacidade dissuasória e operacional (LI, 2009).

Em 1982, segundo Nan Li, ocorre um ponto marcante na reorientação estratégica da MEPL. Assume como Comandante-em-Chefe da MEPL o almirante *Liu Huaqing*<sup>46</sup>, que determina a realização de estudos quanto às especificidades do entorno estratégico chinês, associado a uma atualização da análise da conjuntura. Sua intenção era avaliar a adequabilidade da estratégia em vigor para as necessidades chinesas.

Foi o almirante Liu Huaqing o responsável por disseminar uma consciência marítima entre os pensadores chineses, despertando a importância do mar e suas

---

<sup>46</sup> O almirante Liu Huaqing (1916-1995) foi comandante da MEPL de 1982 a 1988 e é considerado um dos maiores estrategistas navais da RPC. Apesar de ter feito carreira no EPL, passou para a MEPL em 1952, aos 36 anos. Num contexto onde o pensamento estratégico militar era fortemente influenciado por um conceito de “Grande Infantaria”, o almirante Liu foi responsável pelo engajamento da MEPL em questões internacionais e pelas bases que deram origem ao acelerado desenvolvimento da MEPL (HARTNETT, 2014).

potencialidades para o Estado chinês. Pra ele, não era aceitável que a China não se preocupasse com as suas áreas marítimas adjacentes.

Como resultado dos estudos, um novo conceito estratégico foi formulado e focava na necessidade da MEPL expandir os limites geográficos impostos pela estratégia “*Near-coast defense*” e alterar a natureza das operações militares, de uma postura defensiva para uma postura mais assertiva, a fim de lidar com os conflitos regionais na sua periferia. Foi estabelecida uma nova estratégia, denominada “*Near-seas active defense*”<sup>47</sup>, e fortemente influenciada pela visão pessoal do comandante da MEPL, que estabeleceu o conceito de defesa ativa (LI, 2009).

Esse conceito está explícito na EMC:

O conceito estratégico de defesa ativa é a essência do pensamento militar estratégico do Partido Comunista da China. Desde as práticas de guerras revolucionárias, as Forças Armadas da República Popular da China têm desenvolvido um conjunto completo de conceitos estratégicos de defesa ativa, que se resumem a: adesão à unidade de defesa estratégica e postura operacional e tática ofensiva; adesão aos princípios de defesa, autodefesa e ataque-resposta; e adesão à noção de “Nós não atacaremos, a menos que sejamos atacados, mas nós certamente contra-atacaremos se formos atacados” (CHINA, 2015, tradução nossa)<sup>48</sup>.

Segundo Nan Li, alguns historiadores consideram que o almirante Liu Huaqing foi influenciado pela escola soviética<sup>49</sup>, que seguiu um caminho semelhante, passando de um emprego de defesa costeira para uma marinha de águas azuis com capacidade global (LI, 2009).

---

<sup>47</sup> “*Near-seas active defense*” - defesa ativa em área marítima aproximada, tradução nossa. Neste trabalho, será mantido o idioma Inglês para designar a nomenclatura das estratégias navais, a fim de manter o léxico original do texto de referência. A EMC (2015) utiliza a denominação “*Offshore waters defense*”, para nomear essa estratégia. Ambas as expressões têm o mesmo significado. Será mantido o termo do texto de referência. Nota do autor.

<sup>48</sup> Original em inglês: “*The strategic concept of active defense is the essence of the CPC's military strategic thought. From the long-term practice of revolutionary wars, the people's armed forces have developed a complete set of strategic concepts of active defense, which boils down to: adherence to the unity of strategic defense and operational and tactical offense; adherence to the principles of defense, self-defense and post-emptive strike; and adherence to the stance that "We will not attack unless we are attacked, but we will surely counterattack if attacked"*” (CHINA, 2015, p. 5)

<sup>49</sup> O almirante Liu Huaqing estudou na *Voroshilov Naval Academy* em São Petesburgo, Rússia, de 1954 a 1958, cujo nome, atualmente, é *N.G. Kuznetsov Naval Academy* (HARNETT, 2014).

Os limites geográficos do *Near-seas* foram definidos, no conceito estabelecido pelo almirante Liu Huaqing, como uma área marítima que inclui o Mar Amarelo, os Mares Leste e Sul da China, as águas do entorno das Ilhas Spratly e de Taiwan, e as áreas interiores da cadeia de ilhas de Okinawa, assim como a porção norte do Oceano Pacífico e as águas costeiras da China<sup>50</sup> (EUA, 2009).

O escopo dessa estratégia não cobria apenas a área marítima sob jurisdição legítima da China, mas também as consideradas possíveis de serem utilizadas por um inimigo para ameaçá-la (SHARMAN, 2014).

Com o novo conceito estratégico, a MEPL passaria a ter um status de “força estratégica”. O escopo da nova estratégia passou a ser o espaço marítimo aproximado e não mais a defesa do litoral. Nan Li ressalta que o espaço geográfico delimitado para atuação da MEPL não cobria o Pacífico Sul e o Oceano Índico, consideradas áreas marítimas afastadas. Entretanto, cobria uma extensão muito maior que a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de duzentas milhas náuticas, a partir da linha de base do litoral chinês, como previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) (LI, 2009).

A fim de balizar a nova estratégia, foram listados os objetivos estratégicos, como contribuir para ações de reunificação de Taiwan à China, que sempre permaneceu no ideário das aspirações dos estrategistas chineses, proteger os recursos naturais marinhos, proteger as linhas de comunicações marítimas (LCM) e dissuadir e defender o estado chinês de uma agressão vinda do mar (LI, 2009).

Para levar a termo essa nova estratégia, a MEPL teria uma maior autonomia e poderia operar em áreas de maior interesse, devendo desenvolver novas capacidades, tanto para a postura de defesa ativa, como para ampliação dos limites geográficos de atuação. Na verdade, o almirante Liu reconhecia que, num momento inicial, a MEPL não teria todas as

---

<sup>50</sup> Ilustração: ANEXO D – Figura 7, p. 90.

capacidades para levar a termo o seu conceito, porém, essa estratégia também tinha o papel de orientar o planejamento de forças chineses (HARTNETT, 2014 e LI, 2009).

Para essa estratégia, a MEPL precisava desenvolver quatro principais capacidades: de estabelecer um Controle de Área Marítima Limitada, em períodos de tempo determinados; de defender, efetivamente, as LCM chinesas no “Near-seas”; de estar apta a combater até o limite dos territórios marítimos chineses; e de estabelecer uma deterrência nuclear crível (HARTNETT, 2014)

No processo de definição de parâmetros para orientar o desenvolvimento de capacidades e modernização da MEPL, para atender a nova concepção estratégica, foram introduzidos dois conceitos chaves: “*informationization*” e “*non-contact warfare*” (EUA, 2009).

*Informationization* descreve a incorporação de tecnologia moderna em todos os aspectos das operações. O conceito estabelece que armas modernas de longo alcance exigem elevados recursos e sistemas precisos para coordenar dados a longas distâncias. O objetivo definido era ser capaz de controlar, de forma eficaz, forças com velocidade e precisão, enquanto inibe a capacidade do inimigo de fazer o mesmo. Assim, *informationization* inclui meios com sistemas modernos de comando e controle, bem como meios para interromper as informações do adversário, como ataques cibernéticos e interferência eletrônica (EUA, 2009, tradução nossa).<sup>51</sup>

*Non-contact warfare* envolve o emprego de plataformas e armas em ataques de precisão de fora da Zona de Defesa inimiga. É considerado o desenvolvimento e aquisição de armas de longo alcance para serem lançados a partir de navios, submarinos, aviões, ou plataformas em terra (EUA, 2009, tradução nossa).<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> Original em inglês: “*Informationization*” describes China’s military effort to incorporate modern technology into all aspects of operations. It recognizes that modern, long-range weapons require fast and accurate means for coordinating data over long distances. A military adept in informationized warfare would be able to effectively control and coordinate forces with speed and precision, while inhibiting the enemy’s ability to do the same. Thus informationization includes means to protect one’s own information, such as modern command and control systems, as well as means to disrupt the information of the adversary, such as cyber attacks and electronic jamming.

<sup>52</sup> Original em inglês: “*Non-contact warfare*” involves employing platforms and weapons in precision strikes from outside of an enemy’s “defended zone,” reducing the risk to friendly platforms. From a naval perspective, non-contact warfare is demonstrated by the PLA(N)’s development and acquisition of long-range weapons to be launched from ships, submarines, aircraft, or shore-based platforms.

Nesse período, a MEPL havia recém-lançado ao mar o seu primeiro submarino nuclear lançador de mísseis balísticos, o Classe *Xia*, que era uma evolução da Classe *Han*, e do qual se esperava um forte incremento da capacidade operacional da MEPL. Ele seria o principal componente da força de dissuasão nuclear. Novos Contratorpedeiros e Fragatas de emprego geral também foram comissionados, dessa vez com maior deslocamento e comprimento, o que lhes conferiam capacidade de operar de forma sustentada em áreas marítimas afastadas do litoral chinês (LI, 2009).

Dentro do conceito de "*Informationization*", os novos contratorpedeiros e Fragatas possuíam sistemas de comando e controle avançados, além de data-link que possibilitavam o acompanhamento de centenas de alvos simultaneamente, designando alvos para o sistema de armas automaticamente (XIAOXING, 2013 e LI, 2009).

O submarino nuclear *Xia*, comissionado em 1987, também apresentou sérios problemas operacionais, sendo considerado por analistas estrangeiros como um desastre. Seu desenvolvimento foi classificado como um processo de tentativa e erro. Ele era lento, ruidoso e seu reator nuclear não era confiável. Sua disponibilidade era muito baixa, permanecendo grande parte do tempo inoperante. Seus sistemas de lançamento de mísseis também se mostraram insatisfatórios em testes, obtendo insucesso nos seus cinco primeiros lançamentos, levando três anos para obter o primeiro lançamento com sucesso (LI, 2009).

Em face desses problemas, ele nunca operou além das águas costeiras chinesas e não se mostrou capaz de incrementar a capacidade operacional em áreas marítimas aproximadas ou afastadas (LI, 2009).

#### 4.2.1 Conclusão parcial

A defesa próxima ao litoral era baseada na hipótese de emprego contra a ameaça soviética. O declínio dessa ameaça fomentou a mudança de pensamento em direção às águas

afastadas. Ao mesmo tempo, o incremento das capacidades navais dos meios de superfície e submarinos, de certa forma, aumentou a confiança chinesa de que o momento era propício para essa mudança estratégica.

O estabelecimento dos novos objetivos estratégicos, como utilizar a MEPL para contribuir para ações de reunificação de Taiwan à China, proteger os recursos naturais marinhos, proteger as LCM, dissuadir e defender o estado chinês de uma agressão vinda do mar, orientaram o pensamento estratégico naval chinês.

A concepção estabelecida pelo Comandante da MEPL foi um marco fundamental na mudança estratégica chinesa. A análise do entorno estratégico, a análise da conjuntura e a introdução de uma consciência marítima e novos conceitos, como o de “Defesa Ativa”, “*Informationization*” e “*Non-contact warfare*” balizaram o desenvolvimento de uma estratégia naval que modificou a natureza das operações militares e a profundidade geográfica de atuação da MEPL e, dessa forma, orientou o planejamento de força da MEPL e o seu desenvolvimento.

Nesse período, em que pese o comissionamento do primeiro submarino nuclear chinês tenha, naturalmente, resultado em um aumento da percepção de desenvolvimento da indústria de defesa chinesa, na prática, haja vista as dificuldades técnicas encontradas ao longo do seu desenvolvimento, ele não contribuiu significativamente para elevar a capacidade operacional da MEPL.

### **4.3 As referências do mundo**

As reformas econômicas realizadas pelo líder *Deng Xiaoping*, na década de 1980, reduziram drasticamente os gastos militares, uma vez que, para fomentar o crescimento econômico, foram priorizados investimentos em infraestrutura. Os desenvolvimentos dos meios navais e dos equipamentos requeridos para a nova estratégia dependiam de vultosos

recursos e da importação de tecnologia. Havia um receio que a modernização dos meios existentes, considerados obsoletos, resultasse em um desperdício de recursos, em face dos custos de obtenção e manutenção serem elevados (LI, 2009).

Cabe aqui ressaltar que essa é uma discussão muito comum em Estados com deficiência de recursos financeiros destinados à defesa. O desenvolvimento de meios navais, sensores e armamento modernos exige um aporte considerável de recursos. A questão relevante é que o fluxo de recursos necessários não é estático e exige um plano de aplicação e gerenciamento ao longo do tempo. Estados com instabilidade econômica, que sofrem com a incerteza no aporte orçamentário pelos seus governos, têm dificuldades para manter projetos de longo prazo. Além disso, a inflação relacionada à tecnologia é, em geral, maior que a capacidade de crescimento do orçamento, o que gera uma dificuldade crescente para se executar esses projetos, motivo pelo qual se exige a consciência do governo da importância de se priorizar projetos de interesse da nação.

Com o fim da União Soviética nos anos 1990, houve uma substancial alteração na balança de poder regional, com a China e os EUA perdendo um importante rival no Leste Asiático. A partir de 1991, a China, que experimentava o início de um ciclo de expansão econômica, e os Estados Unidos, que emergiam como potência hegemônica absoluta, após o fim da Guerra Fria, passaram a ser os únicos polos de poder na região (DORNELLES, 2014).

Dornelles (2014) ressalta que a China, apesar das evoluções do seu Poder Naval, ainda priorizava a dimensão terrestre, sendo uma potência continental em sua área de influência, enquanto os EUA eram hegemônicos globalmente na esfera naval.

Mas, em face das distâncias envolvidas e do elevado esforço logístico necessário em caso de um confronto, nenhuma das partes era capaz de contestar a primazia da outra em sua esfera de preponderância, garantindo com isso um considerável equilíbrio militar na região (DORNELLES, 2014).

Porém, os eventos ocorridos na década de 1990, como as operações lideradas pelos EUA contra o Iraque e a Sérvia, a intervenção norte-americana na crise do Estreito de Taiwan, em 1996, e a modernização das Marinhas do Japão e de Taiwan, despertaram a percepção dos estrategistas chineses de que existiam vulnerabilidades no seu planejamento de defesa, em especial a inexistência de capacidade contra armamentos lançados a longa distância. A atuação dos EUA na Guerra do Iraque obrigou a China a reconhecer que a MEPL ainda não estava preparada para se defender contra uma potência com alta capacidade tecnológica em uma guerra moderna (EUA, 2009).

Essa predisposição intervencionista da diplomacia dos EUA, apoiada por uma força militar incontestável, levaram novamente os estrategistas chineses a rever seus objetivos estratégicos. Retomar o controle político de Taiwan permanecia como prioridade política, entretanto, essa retomada demandaria uma ação militar ofensiva contra a Ilha, o que poderia ser realizado por meio de uma Força-Tarefa Anfíbia com a missão de projetar poder sobre terra (LI, 2009).

Para os estrategistas chineses, um desembarque anfíbio em Taiwan possibilitaria a destruição de bases e instalações logísticas inimigas, de postos avançados e coberturas que possibilitassem um contra-ataque. O objetivo era destruir as principais capacidades navais de Taiwan e manter a segurança das rotas marítimas que assegurassem o fluxo logístico necessário ao esforço de guerra. Essas tarefas obrigaram a MEPL a rever seu planejamento de forças e os meios necessários para o cumprimento dessas tarefas (LI, 2009).

Cabe aqui ressaltar que uma Operação Anfíbia é umas das mais complexas operações navais. O dimensionamento de meios deve considerar tarefas secundárias, como capacidade de realização de um controle de área marítima no estreito, a fim de possibilitar a navegação segura de uma Força-Tarefa Anfíbia, obter superioridade temporária nos três

ambientes de guerra, meios de transporte de tropas, recursos logísticos para sustentar o esforço da operação, recursos de comunicação e transferência de dados e outras capacidades.

A percepção de que a China não estava capacitada para uma guerra moderna, somada ao enorme esforço que seria necessário para construir essas capacidades foram, porém, decisivas para que a China não levasse a cabo essa ação ofensiva.

Além disso, em face do histórico de conflitos e ameaças existentes em terra, os formuladores de estratégia do EPL defendiam a visão conservadora de que a MEPL deveria permanecer apenas executando tarefas de apoio às operações terrestres, uma vez que ainda existiam ameaças em terra, como, por exemplo, as disputas de fronteira com a Índia, e não fazia sentido direcionar recursos limitados para desenvolver capacidades navais em direção às águas marítimas afastadas (LI, 2009).

Segundo Nan Li, A estratégia “*Near-Seas Active Defense*” estava claramente associada ao cenário de emprego ofensivo para a retomada de Taiwan. Ao mesmo tempo em que essa hipótese de emprego orientava o planejamento de forças, ajudava a desenvolver uma estratégia operacional independente do EPL. A MEPL, na prática, se mantinha limitada às operações em águas litorâneas, o que já acontecia desde o estabelecimento da estratégia “*Near-Coast*”.

Nesse período, as operações navais chinesas ainda permaneciam altamente dependentes de terra, tanto para inteligência, esclarecimento e reconhecimento. Nenhuma capacidade operacional foi adicionada à MEPL em termos de defesa aérea, comando e controle e alarme antecipado ao longo dos anos de 1990.

Como resultado, a MEPL permanecia incapaz de por em prática a operação além das 200 milhas náuticas da costa chinesa, o que foi vislumbrado pela estratégia naval, permanecendo apenas no campo teórico, mas orientando o desenvolvimento tecnológico da BID chinesa (LI, 2009).

#### 4.3.1 Conclusão parcial

A natureza intervencionista dos EUA passou a ser foco de preocupação dos estrategistas chineses pela alta capacidade tecnológica da força naval norte-americana.

Percebe-se que foi identificada uma vulnerabilidade na capacidade de defesa chinesa no caso da hipótese de emprego contra forças navais dos EUA. O estudo recorrente da conjuntura e a avaliação das hipóteses de emprego orientado por ameaças induziram o estabelecimento de novas capacidades a serem atingidas pela MEPL.

Na prática, porém, houve dificuldade em transformar as necessidades vislumbradas em forças navais efetivamente capazes de realizar as tarefas identificadas, demonstrando que havia um grande hiato entre a determinação de necessidades e a efetiva obtenção dos meios, seja por limitações tecnológicas, seja por falta de recursos.

Nessa fase, a China ainda estava no início da sua expansão econômica e o Estado possuía outras prioridades no campo econômico, o que restringia a sua capacidade de investimento em meios para a MEPL.

A restrição de recursos fomentou o debate, bastante comum em Marinhas de Estados em desenvolvimento, quanto à validade de se investir em modernização de meios considerados obsoletos. Como resultado, apesar de estabelecidas as necessidades operacionais, a MEPL permaneceu restrita à operação em águas aproximadas e à defesa da costa chinesa.

#### **4.4 Em direção às Águas Azuis**

A partir do início dos anos 2000, com a expansão econômica mais vigorosa da China e uma maior disponibilidade de recursos, e, levando em consideração a hipótese de ações intervencionistas dos EUA, o que colocaria em risco o objetivo político de reunificação

de Taiwan à China, a MEPL passou a receber maior prioridade, iniciando um processo de incremento de suas capacidades de modo a sanar as deficiências que a impediam de operar de forma efetiva em áreas marítimas afastadas do seu litoral.

Assim, iniciou-se, com maior ênfase, um processo de modernização dos meios navais em operação e se buscou o desenvolvimento de novos navios e submarinos. Foram comissionados seis novos contratorpedeiros e seis novas fragatas de origem chinesa, além da operacionalização de quatorze submarinos convencionais (LI, 2009).

Dentro do conceito de *informationization*, a obtenção desses navios e submarinos, que possuíam sistemas de armas e de comunicações mais modernos, sanou uma das principais deficiências da MEPL, que era a dependência de terra para a obtenção de informações para Comando e Controle, Inteligência, Reconhecimento e Detecção, além de aumentar o raio de ação, a letalidade e a capacidade de autodefesa da Força Naval em áreas mais afastadas. Esses navios eram maiores e possuíam maior autonomia, portanto, podiam operar a longas distâncias do litoral chinês (LI, 2009 e EUA, 2009).

Quanto aos meios necessários para as operações de guerra abaixo d'água, os submarinos Diesel-Elétricos classe *Kilo*, obtidos da Rússia, também fortaleceram as capacidades antissubmarino e antissuperfície da MEPL, tanto em operações em águas aproximadas quanto em águas afastadas. Seus sistemas de propulsão eram muito silenciosos, tendo uma grande capacidade de ocultação, o que possibilitava uma efetiva capacidade de negação do uso do mar (LI, 2009).

Finalmente, o desenvolvimento dos submarinos nucleares classe *Shang* e classe *Jin* claramente elevaram as capacidades da MEPL em operações em áreas marítimas afastadas. Dessa forma, com essas obtenções de meios e o fechamento das lacunas que

impediam a MEPL de operar em áreas marítimas afastadas, uma nova concepção estratégica foi estabelecida: a “*Far Seas Protection*”<sup>53</sup>.

O alcance geográfico de atuação da MEPL, nessa estratégia, foi definido como a área marítima existente além da segunda cadeia de ilhas, ou seja, uma grande área marítima que se estende do Pacífico noroeste ao leste do Oceano Índico<sup>54</sup>, e que representa uma área de operações que vai além de mil milhas náuticas de distância do litoral da China (LI, 2009 e CHINA, 2015).

Um dos principais fatores que permitiram essa nova concepção estratégica foi, segundo Nan Li, a institucionalização das pesquisas doutrinárias, o que proporcionou um pensamento sistemático e sofisticado a respeito das questões estratégicas da China. Foi o Instituto de Pesquisa de Artes Navais<sup>55</sup> que promoveu e articulou o novo conceito estratégico (LI, 2009).

É importante ressaltar que essa sistematização não seria possível se os estrategistas chineses não tivessem recebido diretrizes gerais do nível político, a fim de fomentar o desenvolvimento da estratégia naval.

A estratégia nasceu do fato de o posicionamento geográfico da China, associado à presença de outras Marinhas, em áreas marítimas adjacentes, com elevado poder militar, reduzirem a efetividade da estratégia de defesa ativa em áreas marítimas aproximadas. Além disso, a expansão dos *Interesses Nacionais* chineses, que passaram a incorporar a proteção dos recursos marinhos e a defesa das LCM, foram determinantes para a MEPL sair dos limites operacionais das áreas marítimas aproximadas, ou *Near-seas*.

Pontua-se o que se considera o principal fator para a evolução do pensamento estratégico naval chinês e o desenvolvimento das capacidades navais da MEPL: a orientação

---

<sup>53</sup>No texto de Nan Li, é utilizada a expressão “*Far Seas Protection*” ou Proteção em Águas Marítimas Afastadas, em tradução nossa. A EMC (2015) utiliza a denominação “*Open Seas Protection*”. Ambas as expressões têm o mesmo significado. Será mantida a nomenclatura do texto referenciado. Nota do autor.

<sup>54</sup>Ilustração: ANEXO D - Figura 7, p. 90.

<sup>55</sup>*Navy Military Art Research Institute*. Tradução nossa.

do nível político, que estabeleceu objetivos a serem alcançados e permitiu a sistematização do pensamento estratégico chinês.

Nan Li cita que, em dezembro de 2001, o então presidente chinês, Jiang Zemin, declarou que enquanto a MEPL estivesse implementando a estratégia de defesa ativa em área marítima aproximada, deveria, no longo prazo, fomentar o pensamento estratégico de modo a buscar incrementar as capacidades operacionais necessárias para uma futura estratégia de operação em águas afastadas. Hu Jintao, seu sucessor, também ressaltou a necessidade de a MEPL realizar uma gradual transição para essa estratégia. Como resultado, os estrategistas chineses iniciaram os estudos para dar corpo ao novo conceito estratégico (LI, 2009).

Nan Li apresenta qual seria o principal ponto de inflexão para que a China atingisse efetivamente uma capacidade de operar em águas afastadas:

No momento em que a MEPL obtivesse capacidade de operar até a segunda cadeia de ilhas, que se estendia do norte do Japão até o norte das ilhas Mariana e Guam e na região sul do mar da China, ela poderia ser efetivamente considerada uma marinha de Águas Azuis regional (LI, 2009).

Um problema fundamental para as operações em Águas Azuis era o apoio logístico e de inteligência para essas operações. As plataformas navais novas que estavam sendo obtidas pela MEPL eram de dimensões maiores e de características multifuncionais, exigindo suporte técnico, suprimento de materiais e de armamento, comando e controle, comunicações, treinamento e de manutenção. Para acomodar essas operações, era necessário construir em grande escala uma infraestrutura em terra com cais, locais para treinamento, suporte técnico, abastecimento de material e entretenimento cultural. Assim, foi identificada a necessidade de se estabelecer as chamadas “cidades navais”<sup>56</sup> (LI, 2009).

Isso significava que bases avançadas a longas distâncias da costa chinesa precisavam ser construídas, a fim de acomodar essa infraestrutura logística e para possibilitar

---

<sup>56</sup> *Navy Cities*, tradução nossa.

ações de vigilância, inteligência e reconhecimento. Essas bases armazenariam combustível, munição, equipamentos e sobressalentes, e seriam posicionadas em ilhas, em bases flutuantes ou em ilhas artificiais (LI, 2009).

As operações navais da China além da segunda cadeia de ilhas, no Oceano Pacífico, começaram em 2006. A estratégia que a MEPL tem utilizado para incrementar suas capacidades de operação em regiões afastadas é o conceito de “*building block*”, no qual objetivos de proficiência e capacidades são estabelecidos e, posteriormente, após os adestramentos realizados, incorporados à MEPL. Em um novo ciclo, em novas operações, objetivos de proficiência mais sofisticados são estabelecidos e incorporados, de modo a aumentar a complexidade das operações ao longo do tempo (SHARMAN, 2014).

Nessa estratégia de incremento de capacidades para operar no Pacífico Leste, a MEPL progressivamente passou de uma operação com navios de uma única Esquadra, em 2006, para um Grupo-Tarefa com elementos das suas três Esquadras, em 2013. Os exercícios realizados foram sendo incrementados em termos de complexidade, saindo de simples exercícios de guerra de superfície entre navios para exercícios multidimensionais em que, além de meios de superfície, participavam submarinos, aeronaves de asa rotativa e aeronaves de asa-fixa (SHARMAN, 2014).

Assim como a MEPL incrementou a complexidade e o escopo da suas operações navais no Pacífico Leste, nos últimos dez anos, é esperado que gradualmente seja incrementada frequência de operações em Águas Azuis, em especial no Oceano Índico (SHARMAN, 2014).

Essas operações enfatizam o desenvolvimento dos conceitos de *Informationization* e *Non-contact warfare*, a fim de aprimorar as capacidades de comando e controle e de autodefesa. Os navios da MEPL desenvolveram capacidades de comunicações e

de *link* de dados robustas, de modo a possibilitar que o fluxo de informações possa fluir rapidamente pela cadeia de comando.

A velocidade desse fluxo de informações se torna relevante em função do caráter político dessas operações, uma vez que um dos seus objetivos é demonstrar que as forças navais chinesas, executando operações cada vez mais complexas e frequentes além da segunda cadeia de ilhas, tornam a MEPL, aos olhos da comunidade internacional, uma marinha de Águas Azuis crível (SHARMAN, 2014).

#### **4.5 A conjuntura moderna da China**

Depois de analisar a evolução da estratégia chinesa, cabe buscar entender que fatores direcionaram as alterações de rumo para as estratégias “*Near-seas active defense*” e “*Far seas protection*”.

Para Nan Li, essa mudança deve-se principalmente ao Comandante da MEPL de 1982 a 1988, Liu Huaqing, que, inicialmente, direcionou a mudança da estratégia de defesa próxima ao litoral, *Near-coast defense*, para a estratégia de defesa ativa em regiões marítimas aproximadas, *Near-seas active defense*, e estabeleceu as bases para o estabelecimento da estratégia de proteção em Águas Azuis, *Far seas protection*.

Liu Huaqing foi influenciado pela obra do Almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan, *The Influence of Sea Power upon History*, em especial, o argumento de que os oceanos são elementos fundamentais para a riqueza e o crescimento de uma nação e que, por isso, é necessário desenvolver uma consciência marítima. (LI, 2009)

Em linhas gerais, o principal fator observado era a questão de que o controle das LCM, em tempos de paz, é fundamental para o funcionamento de um Estado e, em tempos de guerra, são os principais objetivos militares, tanto em termos de manutenção das suas LCM quanto em termos de desgastar as LCM do inimigo.

O pensamento de Liu Huaqing era também influenciado pela visão de que a China precisava de uma “Marinha Estratégica” para restaurar sua posição histórica como uma potência e para desenvolver uma consciência marítima na sociedade civil (LI, 2009).

Cerca de trinta anos após os conceitos Liu Huaqing, a China incorporou capacidades que a tornaram fortemente influente na região Ásia-Pacífico, com um aumento considerável de sua visibilidade no cenário internacional. O crescimento econômico, combinado aos progressos nos setores de Ciência & Tecnologia, permitiu à China realizar um ambicioso processo de transformação de suas forças armadas (POLTRONERI, 2010).

Além disso, a conjuntura da China sofreu transformações importantes. As disputas em fronteiras terrestres foram resolvidas por meio de tratados que formalizaram limites territoriais com seus vizinhos, mas disputas sobre territórios marítimos com Estados do seu entorno ainda não foram resolvidos, o que implica em maior importância para a Força Naval (LI, 2009)

A disposição geoestratégica do continente e seu extenso litoral têm como consequência uma dificuldade para a defesa chinesa, uma vez que as marinhas que operam na região têm elevada capacidade, como a Esquadra russa do Pacífico e a Marinha japonesa que também está incrementando suas capacidades de defesa. A Marinha de Taiwan e dos países da ASEAN<sup>57</sup> que operam no sudeste e ao sul da China também estão se modernizando. A Marinha indiana está operando mais para leste em direção ao Mar do Sul da China, e,

---

<sup>57</sup> A Associação de Nações do Sudeste Asiático, ou, em inglês, *Association of Southeast Asian Nations*, foi estabelecida em Agosto de 1967. É composta por dez Estados: Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Laos, Mianmar e Camboja. (ASEAN, 2015). Disponível em: <<http://www.asean.org/asean/about-asean>>

finalmente, a Sétima Esquadra da Marinha norte-americana, que, relativamente, possui maiores capacidades que todas as outras e opera em toda a região do Pacífico (LI, 2009).<sup>58</sup>

Esses elementos essencialmente Político-Militares tornam as relações da China com o ambiente marítimo bastante complexas. Às questões relacionadas à segurança e defesa ainda se somam os interesses modernos da China, que incrementam o desafio de se desenvolver um pensamento estratégico relacionado ao mar.

No passado, com uma economia significativamente mais fechada, o mercado interno chinês era amplamente capaz de atender as necessidades da população e do governo, complementados por um comércio exterior que utilizava rotas terrestres ou, numa escala reduzida, o modal marítimo.

O crescimento significativo na economia chinesa e a crescente integração ao mercado internacional trouxeram uma questão estratégica significativa: a China não possui autossuficiência energética e nem alimentar.

Em face da sua política de industrialização, urbanização e investimentos em infraestrutura, há uma significativa dependência de petróleo e matéria-prima para sustentar o seu crescimento. A grande mudança no consumo chinês criou uma forte dependência das rotas marítimas para o seu abastecimento, e os altos níveis de exportações aumentam a importância das LCM, já que, atualmente, 95% do seu comércio utiliza o modal marítimo por meio de uma enorme frota de navios mercantes que a conectam com os principais portos do mundo (EUA, 2015).

---

<sup>58</sup> Em que pese a afirmação de Nan Li, cabe ressaltar que a Estratégia de Segurança Marítima dos EUA, anunciada pelo Pentágono em agosto de 2015, ratifica a redistribuição de pelo menos 60% das forças navais e aeronavais da *USNavy* para a Sétima Frota até 2020, conforme previsto em 2012. Esse incremento parece uma demonstração de que os EUA admitem vulnerabilidades no tocante ao balanceamento estratégico de forças no Pacífico Asiático, em especial quando referenciado às capacidades atuais e futuras da MEPL (THE ECONOMIST, 2015 e observações do CAIte DEMBY da Marinha do Brasil).

Tal como acontece com qualquer Estado dependente de rotas de abastecimento marítimo, a China precisa garantir a segurança dessas vias, seja de concorrentes regionais, atores não-estatais ou qualquer outra grande potência marítima.

Há que se ressaltar que estratégia naval chinesa só pôde ser levada a termo em função do desenvolvimento econômico do Estado, e o conseqüente aporte de recursos para o desenvolvimento da MEPL. Destaca-se que a defesa nacional não pode ser desvinculada do desenvolvimento do país. É esse aspecto que torna o almirante Liu Huaqing um visionário quando, muito antes da expansão econômica vivida, atualmente, pensou na transformação do papel das Forças Armadas, das tarefas militares clássicas de defender as fronteiras terrestres e marítimas da China, para a proteção dos Interesses Nacionais modernos, que incluem a proteção de suas riquezas marinhas e das LCM.

Nesse sentido, WONG (2010) observa que líderes militares chineses têm sustentado que a MEPL é uma força puramente de autodefesa, entretanto, a definição de autodefesa, no conceito moderno chinês, tem um significado mais amplo, a fim de incorporar interesses marítimos e econômicos.

Essa percepção pode ser claramente observada nas declarações do Contra-Almirante Zhang Huachen, Vice-Comandante da Esquadra do Mar do Leste da China:

Com a nossa estratégia evoluindo, nós fomos de uma defesa da costa para uma defesa em águas azuis (...) Com a expansão dos interesses econômicos da China, a MEPL tenciona melhor proteger suas LCM, e, para atingir esse objetivo, a MEPL precisa desenvolver meios maiores e com capacidades mais abrangentes (WONG, 2010)<sup>59</sup>

Cabe citar uma observação constante do Relatório Anual do Secretário de Defesa dos EUA ao Congresso norte-americano, realizada em 2015: “Uma Força Naval que se desenvolveu, associada a uma BID, para atender os objetivos estratégicos definidos pelo nível

---

<sup>59</sup> Wong registra que as declarações foram obtidas a partir de entrevista dada à agência estatal de notícias *Xinhua* (WONG, 2010).

político do Estado, tem permitido à China agir com mais autoridade no cenário internacional”.  
(EUA, 2015)

#### 4.5.1 Conclusão Parcial

Como conclusão deste capítulo, entende-se que a Estratégia Naval da China teve três fases distintas no que concerne aos seus parâmetros fundamentais, o alcance geográfico de atuação da MEPL e a natureza das operações militares:

A primeira, associada a um Poder Naval praticamente inexistente onde foi estabelecida uma postura defensiva de uma estreita faixa do litoral, *Near-coast defense*. Nessa estratégia, foi iniciado o fomento de uma BID incipiente e onde não havia uma consciência marítima.

A segunda fase, associada a uma Poder Naval com maior capacidade, onde o pensamento estratégico iniciou um processo de sistematização e foi desenvolvida uma maior consciência marítima, apesar de restrições orçamentárias que dificultaram o desenvolvimento da MEPL. A postura foi alterada para o que se chamou de defesa ativa das águas marítimas aproximadas, ou *Near-seas active defense*.

A terceira fase está associada a um Poder Naval de elevadas capacidades e uma BID com maior grau de desenvolvimento tecnológico. A MEPL passa a ser vista como protetora da economia nacional. A postura é a de defesa ativa, com elevada consciência marítima e alcance geográfico de atuação nas Águas Azuis, *Far seas protection*.

## 5 CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO ESTRATÉGICO DO BRASIL

O estudo de fatos históricos é atividade central no processo de construção do conhecimento, pois, ao situá-los tempo e no espaço, realizando uma análise conjuntural, é possível que se elabore um pensamento crítico.

Na busca por esse pensamento crítico, e a partir dos conhecimentos obtidos ao se analisar as bases da evolução histórica do Pensamento Estratégico Naval da China e identificar os seus *Interesses Nacionais* modernos, este capítulo abordará pontos considerados relevantes dessa trajetória, e que se julga que produzirão conhecimentos que contribuirão com o Pensamento Estratégico Naval do Brasil.

Entretanto, convém ressaltar a existência de grandes diferenças entre as mentalidades marítimas do Brasil e da China. O Brasil foi descoberto e colonizado pelos portugueses, expoentes nas grandes navegações dos séculos XV e XVI, e consolidou a sua independência por meio do emprego decisivo de sua Esquadra. Teve, ao longo da sua história, momentos de atuação significativa de seu Poder Naval, como nas incursões de estrangeiros pelo litoral e na participação decisiva na Guerra do Paraguai, assim como nas agressões ao seu tráfego marítimo durante a Segunda Guerra Mundial.

O vínculo que o Brasil tem com o mar permite entender a forte cultura organizacional na qual a Marinha do Brasil sempre aspirou ter um Poder Naval forte, a altura das suas necessidades estratégicas.

A RPC, como visto anteriormente, tem um histórico de desenvolvimento de sua mentalidade marítima bem mais recente. As ameaças às suas fronteiras terrestres, logo após a sua fundação, relegaram a sua Força Naval a um componente secundário na sua estratégia de defesa, o que só foi revertido após o desenvolvimento de uma consciência marítima e da assinatura de tratados que definiram suas disputas fronteiriças continentais.

Portanto, considera-se relevante mencionar que cada Estado tem suas particularidades que lhe conferem características únicas, como sua história, sua cultura, seu sistema político, seus valores, seu amadurecimento institucional, seu arcabouço jurídico, ideológico, sua situação econômica, social, tecnológica e suas características geográficas.

Nesse sentido, este trabalho não pretende realizar comparações diretas entre o Brasil e a China, pois mesmo que se buscasse isolar os vieses cognitivos típicos de uma comparação, não faria sentido fazê-la entre Estados com características tão diferentes como as do Brasil e da RPC.

Por outro lado, existem diversas congruências entre esses dois importantes atores do Sistema Internacional, como, por exemplo, o extenso litoral, a situação de economia emergente, as riquezas marinhas de suas áreas marítimas legais e a forte interligação do modal marítimo com o comércio exterior, o que justificam utilizar a RPC como referência para este estudo.

Ressalta-se que, no intuito de apresentar contribuições para o debate de questões estratégicas, este trabalho não pretende apresentar soluções para eventuais necessidades da realidade brasileira, tarefa essa que demandaria estudos específicos de adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade, mas que não fazem parte do escopo da proposição metodológica deste trabalho.

## **5.1 O Pensamento Sistêmico**

Ao longo da pesquisa para este trabalho, observou-se que o termo *Estratégia* é utilizado com diferentes significados, desde a clássica associação à condução das guerras e da movimentação das forças no teatro de operações até a associação com atividades relacionadas ao campo da administração.

Nesse sentido, a fim de orientar o leitor, considera-se a definição de Oliveira (2013) como a que melhor se enquadra aos objetivos deste capítulo: "a arte, ou processo, ou conjunto ordenado de procedimentos e ações, ou *caminho, visando à consecução de objetivos*" (OLIVEIRA, 2013).

Outro aspecto que este autor considera relevante ser observado, ao longo deste capítulo, diz respeito ao entendimento a ser dado aos *aspectos doutrinários* que qualquer instituição, em especial as militares, estabelece para orientar o seu *modus operandi*.

Geoffrey Till (2009) faz um extenso relato a respeito dos fundamentos conceituais das doutrinas marítimas. Para ele, uma doutrina marítima é a “aplicação de uma teoria em um momento e em um local específicos, sendo sua ênfase mais voltada para o *como fazer* do que, especificamente, *o que se deve pensar*”. Portanto, a doutrina é um processamento da experiência histórica para criar uma norma, sendo em geral, prescritiva (TILL, 2009).

Till argumenta que a doutrina “não é um dogma, e que longos princípios podem sempre ser questionados”, reforçando que, “se as circunstâncias estão sempre mudando, as doutrinas precisam ser versáteis e adaptativas, devendo ser constantemente revisadas e desenvolvidas” (TILL, 2009).

Finalizando, segundo Till, um pensamento estratégico deve ser mais abrangente que uma doutrina, estabelecendo um ponto de início e um senso de direção, e cita Corbett<sup>60</sup> para exemplificar que “nada é tão perigoso no estudo da guerra quanto permitir que máximas se transformem em substitutos dos julgamentos” (TILL, 2009).

Dito isso, ressalta-se que este trabalho não se restringirá aos aspectos doutrinários citados em documentos condicionantes em vigor, apesar de citá-los, mas visará a apresentar

---

<sup>60</sup> Sir Julian Stafford Corbett é considerado um dos mais importantes escritores sobre estratégia marítima. Sua obra "Some Principles of Maritime Strategy", de 1911, é considerado como um documento fundamental para o Pensamento Estratégico Naval (Worldcat, 2015). Disponível em: <<http://www.worldcat.org/title/theorist-of-maritime-strategy-sir-julian-corbett-and-his-contribution-to-military-and-naval-thought/oclc/757838315>>

ideias abrangentes que permitam ao leitor fazer julgamentos e, dessa forma, contribuir para o Pensamento Estratégico Naval para o Brasil.

Nesse sentido, o estabelecimento de um pensamento estratégico sistemático se torna relevante e necessário quando se busca modificar paradigmas por meio de novas ideias, de modo a fomentar alterações doutrinárias que orientem novas formas de se desenvolver *o que fazer* para o desenvolvimento de uma Instituição.

Ao longo da evolução da Estratégia Naval da China, em especial na fase de mudanças significativas após a década de 1990, é identificada por Nan Li a relevante influência pessoal do Comandante-em-Chefe da MEPL, Liu Huaqing, nos estudos que fomentaram uma nova visão acerca das potencialidades do mar para o desenvolvimento do Estado chinês.

Foi ele o responsável por incorporar ao Pensamento Estratégico chinês uma consciência marítima, explicitando as potencialidades e necessidades estratégicas do entorno chinês, a despeito da tradicional mentalidade continental reinante entre os formuladores de política da RPC, que não se preocupavam com a defesa de recursos marinhos ou a proteção do tráfego marítimo.

Seus estudos foram a base para o estabelecimento da estratégia “*Near-seas Active Defense*” que orientou o desenvolvimento da MEPL e que culminou com a visão de que a Marinha deve exercer o papel de proteger os *Interesses Nacionais Marítimos da China*, vigente na atualidade, conforme citado nos capítulos anteriores.

Nan Li cita a importância da *Liderança Estratégica* do almirante Liu Huaqing e da sua preocupação em dar perenidade aos novos conceitos estabelecidos, a fim de garantir a sua continuidade e o seu desenvolvimento. O almirante Liu tinha a visão de que os líderes são substituídos com o tempo e que somente a persistência no caminho de se estabelecer um

pensamento sistemático promoveria o desenvolvimento do pensamento estratégico dentro da MEPL.

Para garantir essa continuidade, o almirante Liu Huaqing foi o responsável pela criação do Centro de Pesquisas de Avaliação de Equipamentos Navais e do Instituto de Pesquisa de Artes Navais<sup>61</sup> que promoveu e articulou o novo conceito estratégico (LI, 2009).

Nan Li reconhece a forte influência pessoal de um líder inovador como o Comandante-em-Chefe da MEPL, e reforça que, ao fomentar o pensamento institucional, Liu Huaqing possibilitou que as mudanças se tornassem estáveis, pontuando que institucionalizando o pensamento naval foi possível mobilizar recursos e empregá-los de forma sistemática para o desenvolvimento de novos conhecimentos (LI, 2009).

Portanto, uma questão a ser colocada é a importância da institucionalização do pensamento estratégico, visando a estabelecer *o que pensar*. No longo prazo, sem uma formalização dos novos conhecimentos, pode ocorrer uma descontinuidade indesejável das ideias que exigem considerável tempo para implementação.

Nesse sentido, este autor reforça a citação de Nan Li de que “o desenvolvimento e o controle institucional da expertise fortalecem e legitimam um desenvolvimento de base autóctone, tornando tangível a necessidade de investimentos na área de defesa” (LI, 2009).

As instituições de pesquisa, quando exercem papel relevante no desenvolvimento de estudos especializados, são mais estáveis e resultam em desenvolvimento de conhecimentos técnicos e funcionais de forma consistente.

Atualmente, a Organização Militar responsável pelos assuntos relacionados ao Pensamento Estratégico na Marinha do Brasil (MB) é o Estado-Maior da Armada (EMA), conforme o seu Regimento Interno:

---

<sup>61</sup> *Navy Military Art Research Institute*, tradução nossa.

O EMA tem o propósito de assessorar o Comandante da Marinha na direção do Comando da Marinha e no desempenho de suas atribuições no Conselho Militar de Defesa e no Conselho de Defesa Nacional. Para a consecução de seu propósito, cabem ao EMA as seguintes tarefas: [...] “formular a doutrina, a política e o planejamento estratégico da Marinha.”

À Subchefia de Estratégia (M-30) compete assessorar o CEMA nos assuntos referentes à política, à doutrina, à estratégia, às operações navais, à inteligência, à defesa nacional ao planejamento de alto nível da MB e às relações internacionais, incluindo o apoio aos Adidos Navais brasileiros e a ligação com os Adidos Navais estrangeiros (REGIMENTO INTERNO, EMA).

Assim, considerando as diversas atribuições do EMA no seu propósito de assessorar o Comando da Marinha, considera-se relevante avaliar o estabelecimento de um Instituto de Pesquisas Estratégicas, com o propósito de produzir conhecimentos diretamente àquele Estado-Maior.

A MB dispõe de um centro de estudos que, com investimentos em capacitação e recrutamento de pessoal com comprovada qualificação e titulação acadêmica - Doutorado e Mestrado Acadêmico, poderia, futuramente, exercer papel semelhante ao centro de pesquisas criado pelo almirante Liu Huaqing na China, no que tange ao tratamento sistemático de assuntos estratégicos de interesse. Trata-se do Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da Escola de Guerra Naval (EGN).

Atualmente, ele é um órgão de assessoria executiva do Diretor da EGN e tem o seguinte propósito:

Contribuir para o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a evolução dos estudos da Defesa Nacional, com ênfase no pensamento político-estratégico marítimo brasileiro. As atividades do CEPE, no nível executivo, estão diretamente subordinadas ao Diretor da Escola de Guerra Naval (EGN, Site Oficial)

Em que pese as dificuldades inerentes a qualquer aumento de estrutura organizacional, em face dos custos associados, a ampliação do *status quo* do CEPE, de modo a que ele produza estudos sistemáticos e oficiais para aprovação direta do EMA, poderia incrementar atividades como *Inteligência Estratégica*, *Planejamento Estratégico*, *Liderança Estratégica* e *Pesquisa Doutrinária* no nível Estratégico.

Com o incremento de suas atividades e qualificação do seu pessoal, o CEPE poderia ser elevado ao patamar de *Think Tank*<sup>62</sup> de assuntos estratégicos da MB, contribuindo no sentido de formalizar os estudos de longo prazo. Dessa forma, seriam reduzidas as demandas por formação de Grupos de Trabalho *Ad Hoc* para a realização de estudos relacionados aos assuntos supracitados e seria possível o acompanhamento, no longo prazo, dos conhecimentos produzidos, incorporando um processo de Gestão do Conhecimento<sup>63</sup>.

## 5.2 Os Interesses Nacionais da China

Outra questão relevante a ser abordada, e que foi identificada ao longo do estudo dos *Interesses Nacionais modernos da China*<sup>64</sup>, é que a EMC estabelece uma orientação explícita em direção à transformação da RPC em uma potência marítima, citando que seus crescentes interesses no exterior foram os gatilhos para essa evolução.

Essa alteração de postura reflete um redirecionamento estratégico, de uma preocupação com a segurança interna e com a integridade territorial, para um foco em assegurar a estabilidade no seu entorno estratégico em regiões distantes do seu litoral (CHINA, 2015).

Essa nova postura está relacionada à necessidade de sustentar o seu crescimento econômico baseado no comércio internacional, tanto no que se refere à exportação de seus produtos manufaturados, quanto no que se refere à importação de recursos naturais necessários para garantir as fontes de energia e matéria prima para a sua produção.

---

<sup>62</sup> O conceito de *Think Tank* encontra-se em nota apresentada no capítulo 3, página 23. Nota do Autor.

<sup>63</sup> Como citado anteriormente, não faz parte do escopo deste trabalho a avaliação da adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade dessa proposta, cabendo estudos específicos posteriores, caso julgado pertinente. Nota do Autor.

<sup>64</sup> Os Interesses Nacionais modernos da China foram identificados ao longo do capítulo três deste trabalho. Nota do Autor.

Em um mundo cada vez mais globalizado, a expansão do comércio exterior é, ao mesmo tempo, uma virtude e uma vulnerabilidade, haja vista a crescente interdependência da China com os mercados externos.

Assim, os *Interesses Nacionais modernos da China* incluem, não só os 300 milhões de quilômetros quadrados que correspondem à área marítima que a China entende como de sua soberania, mas também as LCM que a abastece com fontes de energia e matérias-primas que a conectam com a economia internacional.

A expressão *haiyang quanyi*<sup>65</sup> sintetiza a evolução desses *Interesses Nacionais* ao longo do tempo, à medida que se incorporou uma consciência marítima entre os formuladores do Pensamento Estratégico Chinês.

Atualmente, *haiyang* significa os “direitos e interesses militares marítimos”, que se referem à livre navegação de navios de guerra para a proteção das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) chinesas em águas internacionais.

Se a postura estratégica inicial estava voltada para a defesa contra uma agressão militar e o mar não tinha valor estratégico, atualmente, há pleno entendimento de que o mar tem um valor em si mesmo, e que é fonte de recursos vitais para o desenvolvimento do Estado. Com essa evolução, a MEPL passou a ser considerada indispensável para garantir o pleno funcionamento da economia chinesa, recebendo a prioridade e os recursos necessários para o cumprimento de suas atribuições.

Nesse sentido, em um exercício intelectual, seria possível adotar a visão de que a MB tem papel indispensável para o funcionamento da economia nacional? Seria possível sintetizar os *Interesses Nacionais modernos Brasileiros*, relacionados ao mar, a partir dessa visão?

---

<sup>65</sup> A conceituação da expressão *haiyang quanyi* foi apresentada no capítulo 3, página 20. Nota do Autor.

Essas respostas não precisam ser imediatamente formuladas, pois visam apenas a estimular uma reflexão a respeito da necessidade de se pensar, de forma ampla, esses *Interesses Nacionais* e o possível papel da MB nesse contexto.

Revisitando os conceitos apresentados no capítulo dois, Lidell Hart definiu a *Grande Estratégia* como a que “abrange os campos econômico, psicossocial, militar e político, de modo a atender as necessidades de condução da guerra para atingir os objetivos do Estado e a paz subsequente, preocupando-se com a segurança e a prosperidade futura”.

Neste exercício de reflexão, este autor entende que o papel do componente militar dentro de uma *Grande Estratégia* para o Brasil não deve estar limitado às questões relacionadas à segurança, mas também, como citado por Lidell Hart, e observado na experiência chinesa, deve preocupar-se com a prosperidade futura do Brasil, por meio da defesa dos interesses econômicos do Estado.

Assim, conclui-se que o desenvolvimento do pensamento estratégico do Brasil deve ter um forte elo com as demais expressões do Poder Nacional, sendo a segurança e a prosperidade futura os objetivos estratégicos a serem alcançados.

Nesse sentido, este autor visualiza que essa conexão deve estar na identificação formal dos *Interesses Nacionais do Brasil*, que ligue a Defesa da Pátria às demais expressões do Poder Nacional e indique, explicitamente, o papel do Poder Marítimo e do Poder Naval dentro desses interesses.

Reforçando esse pensamento, este autor identificou no artigo de Reis (2013) a citação de que “a cada dia configura-se a dependência do mar” e que ela tem forte influência nos campos “político, econômico, social, científico/tecnológico e militar”, ressaltando que o “contêiner é uma evidência empírica da “extensão do Poder Marítimo” como um vetor decisivo e influente nas questões mundiais” (REIS, 2013).

Assim como a China, o Brasil também depende de forma acentuada do modal marítimo para o seu comércio exterior, e essa dependência cresce a medida que esse comércio se intensifica, criando uma vulnerabilidade estratégica.

Como observado no caso da China, a proteção das LCM de interesse do Brasil deve estar no foco do pensamento estratégico brasileiro, não só em termos de defesa como também em aspectos relacionados ao Poder Marítimo e ao Poder Nacional.

Um desses aspectos que exemplificam a preocupação com o Poder Marítimo, pode ser observado no texto de Vidigal (2010), que cita que 95% da corrente de comércio do Brasil é transportado por via marítima, e esse transporte é majoritariamente realizado por navios de bandeira estrangeira, constituindo, na sua visão, a nossa principal vulnerabilidade estratégica.

Atualmente, o Brasil não é autossuficiente na sua produção de derivados de petróleo, obrigando o país a importar óleo diesel e gasolina para a manutenção das atividades econômicas. Como citou Vidigal (2010), em caso de um conflito ou crise, o país poderia ficar isolado e a economia paralisada pela indisponibilidade de navios mercantes estrangeiros ou pelo crescimento exponencial dos custos de frete, “o que teria um efeito semelhante a um bloqueio extremamente eficaz” (VIDIGAL, 2010) e (ANTAQ, 2014).

A manutenção em funcionamento das LCM e a redução dos custos de frete serão proporcionais à capacidade do Brasil em controlar e proteger o seu Tráfego Marítimo, o que só seria possível com um Poder Naval crível e que esteja preparado para atuar em defesa dos Interesses Nacionais mais amplos do Estado, muito além da defesa do território ou dos recursos marinhos sob sua jurisdição.

A afirmação de Vidigal remete à observação de que esta é uma vulnerabilidade para o Poder Nacional, não apenas do Poder Marítimo ou do Poder Naval. Fortalecer o Poder

Marítimo é tão importante quanto fomentar o desenvolvimento de um Poder Naval crível, assim como outros setores da economia do Brasil.

Como citado por Geoffrey Till, o planejamento estratégico das marinhas e as operações navais no futuro deverão considerar que o mundo interconectado pelo processo de globalização estará muito mais dependente do comércio marítimo. “A segurança marítima e as operações navais passarão a ter uma importância significativamente maior do que já tiveram no passado” (TILL, 2009).

Quanto a esse aspecto, a Doutrina Básica da Marinha faz uma relevante observação:

De uma maneira geral, os países marítimos possuidores de litoral extenso, de rede fluvial apreciável e de ponderável concentração demográfica e econômica ao longo e/ou próxima do litoral, dependem das navegações em mar aberto e nas águas interiores, essenciais para o equilíbrio econômico. Esses condicionamentos, além de enfatizarem a abrangência e a profundidade que deve ter a sua Política Marítima, demandam a formulação de uma Estratégia Militar, em especial de uma Estratégia Naval, em face da gravidade, que representa para esses países, o eventual colapso do transporte aquaviário e a possibilidade da ocorrência de ações antagônicas sobre os elementos vitais, relacionados ao Poder Marítimo (BRASIL, 2014).

Dessa forma, ao observar as preocupações da China com essa questão, desperta atenção a necessidade de se avaliar os hiatos existentes entre as necessidades de se desenvolver os elementos vitais do Poder Marítimo e do Poder Naval, e a realidade da conjuntura nacional.

As limitações do Poder Naval brasileiro são causados, em geral, por restrições orçamentárias motivadas por instabilidade econômica ou por uma mentalidade marítima aquém das necessidades do Brasil, observado em parte representativa dos formuladores de política, o que produz dificuldades para o desenvolvimento do Poder Nacional brasileiro.

Na realidade, o Brasil ainda é um Estado que, culturalmente, ainda prioriza a dimensão continental, a despeito do extenso litoral brasileiro e das potencialidades do ambiente marinho, situação semelhante à da China.

Portanto, a lição chinesa remete à conclusão de que uma *Grande Estratégia*, em nível Político-Estratégico Nacional, não pode prescindir da identificação dos *Interesses Nacionais Marítimos*, sendo a segurança e a prosperidade futura os objetivos estratégicos a serem alcançados, trazendo para a MB a importante tarefa de proteger a economia nacional.

### 5.3 A Estratégia Militar da China

Um dos aspectos mais relevantes observados no caminho trilhado pela MEPL foi o processo incremental e contínuo com que a RPC desenvolveu as capacidades de sua Força Naval. Partindo de uma Marinha e uma BID praticamente inexistentes, após a Revolução Maoísta, e em um Estado com vocação predominantemente terrestre, onde os assuntos marítimos tinham baixa prioridade, a MEPL atingiu, em cerca de sessenta anos, uma efetiva capacidade de operação em Águas Azuis e de assegurar a estabilidade em seu entorno estratégico.

Nesse processo incremental, a estratégia naval chinesa passou por três fases distintas, como apresentado no capítulo três, “*A Evolução do Pensamento Estratégico Naval da China*”: em sua primeira fase, com uma Marinha praticamente inexistente e com ameaças claramente identificáveis, a RPC estabeleceu a defesa do litoral como foco de sua atuação na estratégia “*Near-coast defense*”. Na segunda fase, sob a influência do almirante Liu Huaqing, estabeleceu a estratégia “*Near-seas active defense*”. Finalmente, na terceira fase, a fim de proteger os seus *Interesses Nacionais* modernos, em especial, as suas LCM, estabeleceu a estratégia “*Far seas protection*”.

O que se pode perceber é o desenvolvimento de concepções estratégicas abrangentes que foram além da natureza das operações militares e dos efeitos desejados para atingir objetivos operacionais ou táticos.

Todos os três conceitos estratégicos, cada um refletindo uma realidade temporal, estavam centrados no alcance geográfico e na natureza da operação *possíveis* de atuação da MEPL. Portanto, esses conceitos tinham um significativo elo com as capacidades realmente existentes para atingir objetivos de defesa do Estado e de proteção dos recursos do mar e das LCM.

Além de focar nas aptidões existentes, evitando objetivos que estivessem além do seu alcance, as concepções estratégicas também orientavam as capacidades que precisavam ser ampliadas ao longo do tempo. A título de exemplo dessa orientação pode-se citar a EMC de 2015, que é explícita quando cita:

Alinhada com a exigência estratégica de operações de defesa, a MEPL mudará gradualmente de foco, de “defesa de águas marítimas aproximadas”, para uma combinação de “defesa de águas marítimas aproximadas” com “proteção em áreas marítimas afastadas”<sup>66</sup>, e construirá estrutura de força de combate marítimo combinada, multifuncional e eficiente. A MEPL ampliará suas capacidades para contenção e contra-ataque estratégicos, manobras no mar, operações conjuntas no mar, defesa ampla e apoio amplo”<sup>67</sup> (CHINA, 2015, tradução nossa).

Como citado no capítulo dois, o termo *capacidades* deve ser entendido no sentido de desenvolver as *aptidões* necessárias para atingir o propósito de cada estratégia.

A progressividade que se percebe na evolução da estratégia naval chinesa foi consequência dos aspectos quantitativos e qualitativos disponíveis em cada fase, como por exemplo, o número de meios de superfície e submarinos, a capacidade de comando e controle, de inteligência, de reconhecimento, o nível de desenvolvimento de sistemas de armas e sensores, a capacidade tecnológica de sua BID, a situação econômica do Estado e, consequentemente, do orçamento disponibilizado para a MEPL.

Constata-se que as estratégias navais chinesas se adequavam à realidade de cada tempo, estabelecendo uma efetiva limitação em termos de alcance geográfico de atuação.

---

<sup>66</sup> Original: *offshore waters defense and open seas protection*. As terminologias citadas têm o mesmo significado de *Near-seas active defense* e *Far seas protection* citadas no texto de Nan Li. Nota do Autor.

<sup>67</sup> O texto original em inglês encontra-se em nota na Página 28.

Pode-se constatar essa limitação ao longo da evolução dos alcances de cada estratégia: inicialmente em uma estreita faixa próxima à costa (*Near-coast*), posteriormente, se expandindo para as áreas marítimas aproximadas (*Near-seas*) e, finalmente, atingindo uma capacidade de atuação em áreas marítimas afastadas (*Far Seas*).

A MEPL levou cerca de sessenta anos para atingir a capacidade de operar plenamente em Águas Azuis, obtida somente a partir de 2008. Nesse contexto, chama a atenção o fato de que seu primeiro submarino nuclear foi operacionalizado em 1974, mas a obtenção dessa capacidade não significou uma alteração no alcance efetivo de operação da MEPL.

#### **5.4 A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil**

Alinhado com a ideia de uma formalização de um pensamento estratégico, considera-se a publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END) do Brasil, em 2008<sup>68</sup>, como um *marco* no sentido de se estabelecer Diretrizes e Objetivos Estratégicos para as Forças Armadas.

Além dessas orientações, a END possibilitou que não só os setores militares se debruçassem sobre o tema do desenvolvimento das Forças Armadas, mas, também, que diversos segmentos da sociedade civil tivessem uma referência para investigar as necessidades relacionadas à *Defesa* e ao *Desenvolvimento* do Brasil.

Ao longo do processo de pesquisa, ficou evidenciada a grande quantidade de estudos e artigos científicos escritos, não só por militares, como por universitários e acadêmicos, que abordavam aspectos relacionados a esses temas.

Dessa forma, um dos benefícios da END é fomentar o desenvolvimento de uma mentalidade de *Defesa* junto à sociedade civil, já que uma sociedade não pode prescindir de

---

<sup>68</sup> A END foi revisada em 2012. Nota do Autor.

Forças Armadas capazes de defender os interesses do Estado, que deve dispor de poder e mostrar-se disposto a empregá-lo, a fim de dissuadir antagonismos e dar credibilidade à vontade nacional (VIANNA FILHO, 1995).

Nesse contexto, a END estabeleceu 25 diretrizes para fomentar o desenvolvimento das Forças Armadas. Dentre essas Diretrizes, ressalta-se a de número dezesseis, que cita que o potencial estratégico do Brasil deve ser estruturado em torno de capacidades.

Convém organizar as Forças Armadas em torno de capacidades, não em torno de inimigos específicos. O Brasil não tem inimigos no presente. Para não tê-los no futuro, é preciso preservar a paz e preparar-se para a guerra. (BRASIL, 2012a)

O documento também estabelece os Objetivos Estratégicos de cada Força Singular. Para a Marinha do Brasil, o primeiro Objetivo estabelece que

Na maneira de conceber a relação entre as *tarefas estratégicas* de negação do uso do mar, de controle de áreas marítimas e de projeção de poder, a Marinha do Brasil se pautará por um desenvolvimento desigual e conjunto. Se aceitasse dar peso igual a todas as três tarefas, seria grande o risco de ser medíocre em todas elas (BRASIL, 2012a, grifo nosso).

Essas Tarefas Estratégicas, citadas na END, estão explícitas como as Tarefas Básicas do Poder Naval (TBPN) na Doutrina Básica da Marinha (DBM) e são aplicáveis no contexto de uma Campanha Naval, em que cada Tarefa se desenvolve por meio de diversos tipos de Operações e Ações de Guerra Naval.

Para o cumprimento de sua Missão, a Marinha deverá estar capacitada a realizar as quatro Tarefas Básicas do Poder Naval:

- negar o uso do mar ao inimigo;
- controlar áreas marítimas;
- projetar poder sobre terra; e
- contribuir para a dissuasão (BRASIL, 2014).

A END apresenta, também, a prioridade para o desenvolvimento de capacidades para a Marinha do Brasil:

A prioridade é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima. A negação do uso do mar ao inimigo é a que organiza, antes de atendidos quaisquer outros objetivos estratégicos, a estratégia de defesa marítima do Brasil. Essa prioridade tem implicações para a reconfiguração das forças navais (BRASIL, 2014)

Com essas orientações, percebe-se uma situação que detalha uma diferença significativa entre a visão estratégica chinesa e a do Brasil.

Enquanto a EMC define uma estratégia naval baseada no alcance geográfico possível de atuação e na natureza das operações militares, se defensiva ou ofensiva, a END orienta no sentido de priorizar o desenvolvimento de capacidades que assegurem a realização de Operações e Ações de Guerra Naval, definindo a prioridade em Negar o Uso do Mar (NUM) por um eventual inimigo.

O Livro Branco de Defesa Nacional ratifica essa orientação e cita que “em qualquer situação, a Marinha deverá ser capaz de cumprir as quatro tarefas básicas do Poder Naval: negar o uso do mar ao inimigo, controlar áreas marítimas, projetar poder sobre terra e contribuir para a dissuasão” (BRASIL, 2012b).

Ferreira (2011) fez um extenso trabalho de pesquisa analisando o desenvolvimento das Tarefas Básicas do Poder Naval ao longo do tempo. Seu trabalho cita a origem da concepção do termo TBPN pelo almirante Stansfield Turner, da Marinha Norte-Americana:

A razão para esta categorização consistia na necessidade de organizar o emprego das forças navais pelos efeitos produzidos, ou seu *output*. Este procedimento visava a facilitar a formulação de planejamentos estratégicos e o desenvolvimento de táticas, além de possibilitar um melhor entendimento por parte do governo das atividades realizadas pela marinha facilitando, desta maneira, o diálogo entre civis e militares (TURNER, 1974, Apud FERREIRA, 2011)

Ferreira cita, também, a visão da MB quanto às TBPN:

A DBM adota a expressão “Tarefa Básica do Poder Naval” para representar o que Turner<sup>69</sup> chamou de missão, e Flores e Vidigal<sup>70</sup> designaram como “propósito estratégico”, isto é, o conjunto categorizado de atividades realizadas pelas forças navais. O uso da palavra “tarefa” enseja, a princípio, uma **postura extrovertida**, pois vincula a MB com as demais esferas do Poder Militar, como se o output da MB em termos de tarefa fosse possibilitar a consecução de um propósito mais amplo. A expressão “propósito estratégico” indica, por outro lado, uma categorização **introversa** e que se encerra em si mesma, representando a finalidade última de um determinado conjunto de operações e ações de guerra naval (FERREIRA, 2011, grifo nosso).

Utilizando as duas categorizações apresentadas por Ferreira, as posturas *introversa* e *extroversa*, constata-se que a END, ao estabelecer o objetivo estratégico da MB baseado nas TBPN, permite visualizar claramente a *finalidade introversa* da MB, qual seja, a de realizar as operações e ações de guerra naval, a fim de estabelecer um efeito desejado, razão de ser de uma Marinha e que a associa diretamente às questões clássicas de defesa e segurança.

Por outro lado, não é possível identificar, claramente, em uma visão *extroversa*, o *output* da Marinha que faça um elo com objetivos mais amplos do Poder Nacional.

Em outras palavras, a RPC adotou em sua estratégia militar uma *nomenclatura* para cada uma de suas estratégias, o que, na visão deste autor, teve o objetivo de dar uma visibilidade ao elo citado: “*Near coast defense*”, “*Near seas active defense*” e “*Far Seas protection*”.

Por meio desse elo, traz-se ao imaginário do formulador de política a visualização do papel da Força Naval, estabelecendo, implicitamente, qual o seu *output* para o Estado.

<sup>69</sup> Refere-se ao artigo “*Missions of the US Navy*”, de 1974, do almirante Stansfield Turner, Diretor do *US Naval War College*. Nota do Autor.

<sup>70</sup> Refere-se ao texto “Desenvolvimento do poder naval brasileiro”, de 1976, dos almirantes Mário César Flores e Armando Amorim Ferreira Vidigal. Nota do Autor.

O que se pode trazer dos conhecimentos obtidos com o estudo da China é que a estratégia naval chinesa busca uma ligação com os seus *Interesses Nacionais*, trazendo para a MEPL um papel ligado à questão de Defesa, mas também de proteger seus interesses.

Reis (2013), em seu artigo “Os desafios da busca de um Poder Naval no século XXI”, faz um questionamento e uma afirmação que provoca uma reflexão a respeito dessa questão:

Qual será o papel do Poder Naval, como ponto de sustentação do Poder Marítimo, diante dos desafios que se amplificaram desde o alvorecer do século XXI? (REIS, 2013).

E em seguida aborda:

A estratégia naval ainda se ressentir de uma teorização plena que vá além de correlacionar as suas funções com os tipos de operações militares. Talvez a forte interligação com o Poder Marítimo (a força conceitual do termo *Sea Power* criado por Mahan) leve a uma zona de conforto com o que se chama de tarefas clássicas do Poder Naval (REIS, 2013).

Pode-se dizer que a Estratégia Naval não foi plenamente definida pelos autores clássicos. Mas tal aspecto não impede que se tenha uma concepção estratégica para o emprego do Poder Naval. (REIS, 2013).

Concluindo, orientar a organização da estratégia naval brasileira, por meio das TBPN, atende, claramente, às necessidades da MB em atingir propósitos no contexto das operações militares, mas não à vincula a um objetivo estratégico mais amplo relacionado aos *Interesses Nacionais* no nível do político.

Uma sugestão a ser apresentada seria estudar a possibilidade de, num documento de alto nível da Defesa, ou da MB, estabelecer uma *concepção estratégica abrangente*, que oriente, ao mesmo tempo, as prioridades em termos de TBPN, no contexto das operações militares, mas que também estabeleça uma missão mais ampla para a Marinha, no âmbito do Poder Nacional, e, assim, torne claro o seu papel de defender, ou proteger, ou desenvolver, ou outra tarefa associada aos *Interesses Nacionais Marítimos* brasileiros.

## 6 CONCLUSÃO

Na busca por um pensamento crítico e pela construção de novos conhecimentos, a presente monografia pretendeu atingir a seguinte proposição: “evidenciar, no nível político-estratégico, por meio da análise da evolução do Pensamento Estratégico Naval da República Popular da China, de 1949 até os dias atuais, conhecimentos que possam contribuir para o Pensamento Estratégico Naval brasileiro”.

Para dar base conceitual ao estudo, foram estabelecidos os fundamentos do termo “Estratégia”. Observou-se que a origem do termo está relacionada à arte de pensar e fazer a guerra, na busca por obter vantagens militares, por meio da produção de planos a serem executados.

Com a evolução das sociedades, a guerra se tornou um fenômeno mais complexo, com desdobramentos além do campo de batalha. Nesse sentido, foram citadas as definições de Liddell Hart para *Estratégia Pura*, que trata da administração do poder militar, e para *Grande Estratégia*, que se refere às ações de dirigir e gerenciar os recursos disponíveis de uma nação, abrangendo os campos econômico, psicossocial, militar e político. Portanto, a estratégia está diretamente relacionada ao Poder Nacional, acrescentando às questões militares, uma teia complexa de fatores que visam, em uma visão abrangente, proporcionar segurança e prosperidade ao Estado.

Com essa visão, realizou-se uma abordagem relacionada ao pensamento estratégico chinês e à importância dada à sua Estratégia Militar, ou *Estratégia Pura*, dentro de uma *Grande Estratégia*.

O estudo do Livro Branco de Defesa Nacional da China, cujo título é “*Estratégia Militar da China*”, permitiu conhecer, de forma abrangente, as intenções estratégicas chinesas e a forma como pretende desenvolver suas Forças Armadas, dentro de um contexto de interligação entre objetivos militares e necessidades estratégicas do Poder Nacional Chinês.

Aprofundando o estudo da EMC, identificou-se que a RPC tenciona expandir o alcance geográfico de atuação e a natureza das operações militares da sua Força Naval, de modo a obter uma crescente capacidade para operar em Águas Azuis. Essa intenção fomentou uma análise reflexiva em relação ao atual estágio de desenvolvimento do Pensamento Estratégico Naval do Brasil, uma vez que existem interesses semelhantes, entre esses dois Estados, nos assuntos relacionados ao mar.

Para o entendimento dessa questão, investigou-se a definição conceitual do termo “*capacidade*”, o que permitiu associá-lo ao sentido de “*aptidão*” e concluir que o “desenvolvimento de capacidades” é uma atividade não padronizada, estando relacionada a decisões político-estratégicas dos Estados, que condicionam o desenvolvimento das Forças Armadas às prioridades estabelecidas pelo nível político.

Uma vez internalizada essa conceituação básica, passou-se a investigar os “*Interesses Navais da China*”. A análise efetuada apontou, de imediato, que os seus crescentes interesses no exterior mudaram o foco estratégico chinês. Em um contraponto formal à tradicional visão de que a China se limitaria a ser uma potência continental, observou-se que a EMC orienta que “a mentalidade tradicional de que a terra se sobrepõe ao mar deve ser abandonada”.

Nesse sentido, observou-se que o Brasil ainda é um Estado que, culturalmente, ainda prioriza a dimensão continental, a despeito do extenso litoral brasileiro e das potencialidades do seu ambiente marinho, situação que, guardadas as devidas diferenças, assemelha-se à da China.

A reorientação estratégica da China em direção ao mar se deve à sua necessidade de sustentar um crescimento econômico baseado no comércio internacional, em que o transporte marítimo tem elevada importância, tanto no que se refere à exportação de seus

produtos manufaturados, quanto, principalmente, no que se refere à importação de recursos naturais fundamentais para garantir a sobrevivência do Estado.

Concluiu-se dessa observação, que a interdependência da China com os mercados internacionais significa uma virtude em termos econômicos, mas que, ao mesmo tempo, cria uma vulnerabilidade estratégica significativa.

Portanto, para fazer frente a essa vulnerabilidade, a China adicionou aos históricos objetivos político-estratégicos relacionados à sua segurança e defesa, o objetivo de manter os elos com a economia mundial, que passaram a ser considerados os “*Interesses Nacionais modernos da China*”.

Da identificação desses interesses nacionais modernos, pôde-se descortinar o principal problema estratégico chinês na atualidade: as características geográficas do seu entorno estratégico, que engloba uma cadeia de ilhas que se estendem entre Japão, Filipinas e Indonésia e que são denominadas “*First Island Chain*”.

A existência dessa cadeia de ilhas cria o que se denomina “*Malacca dilemma*”, uma questão estratégica relacionada à existência de um *choke point* no Estreito de Málaca, por onde mais de oitenta por cento das importações de petróleo da China transitam, e que está associado a interesses de outros Estados. A questão estratégica ocorre pelo fato da China não possuir influência necessária para exercer algum grau de controle sobre o estreito, estando vulnerável a um eventual bloqueio realizado por outro Estado.

A partir da identificação das particularidades geográficas do entorno chinês e do “*Malacca dilemma*”, concluiu-se que, para proteger as suas LCM vitais, a Marinha do Exército de Libertação Popular não pode prescindir de ter uma capacidade de operação em Águas Azuis, incluindo as atividades logísticas e de inteligência que as suportam.

Nesse sentido, fica evidente uma semelhança do Brasil com a China, uma vez que o Brasil também não pode prescindir de uma Marinha oceânica, haja vista a extensa área

marítima sob sua jurisdição, o potencial econômico dos seus recursos marinhos e a existência de um comércio internacional fortemente relacionado ao modal marítimo.

A análise do que foi chamado “*A Evolução do Pensamento Estratégico Naval da China*”, sob a forma de perspectiva histórica, permitiu identificar questões estratégicas que influenciaram a configuração atual do Poder Naval chinês e, sobretudo, evidenciar os conhecimentos que podem contribuir para o *Pensamento Estratégico Naval* do Brasil.

Foi observado que a mudança estratégica da China em direção ao mar é foco de atenção de inúmeros estudiosos ocidentais. Observou-se que instituições como o *U.S. Naval War College* e o Escritório de Inteligência Naval dos EUA produzem estudos consistentes sobre o tema, porém, eles são realizados sob uma perspectiva de Estados com interesses na região Ásia-Pacífico. Nesse sentido, identificou-se que há, por parte da China, um crescente interesse em dar maior transparência ao trato de assuntos estratégicos de Defesa, como por exemplo, na divulgação do livro “*La Armada del Ejército Popular de Liberación de China*”, escrito por especialistas militares chineses, e na publicação sistemática de sua EMC.

Concluiu-se que fomentar a produção de conhecimentos, oficiais e acadêmicos, relacionados ao tema, é um caminho a ser seguido pelo Brasil e por sua Marinha, pois permite que se reduzam eventuais interpretações unidimensionais, por parte de terceiros Estados, em assuntos do interesse do Brasil.

A partir da experiência chinesa, em que as instituições de pesquisa exercem papel relevante no desenvolvimento de estudos especializados, este autor julgou pertinente sugerir estudos no sentido de se ampliar o *status quo* do Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da Escola de Guerra Naval.

Dessa forma, o CEPE poderia realizar estudos sistemáticos e oficiais para aprovação direta do Estado-Maior da Armada, e, assim, contribuir com a formalização de estudos estratégicos de longo prazo, reduzindo as eventuais demandas por formação de

Grupos de Trabalho *Ad Hoc*. Ao ser elevado ao patamar de um *Think Tank Naval*, o CEPE poderia incorporar processos modernos de Gestão do Conhecimento Estratégico.

Revisitando os conceitos de Lidell Hart, foi evidenciado o papel do componente militar chinês dentro de uma *Grande Estratégia*. A lição chinesa remeteu à conclusão de que uma *Grande Estratégia*, em nível Político-Estratégico Nacional, não pode prescindir da identificação dos *Interesses Nacionais Marítimos*, que associe as questões militares às demais expressões do Poder Nacional e indique, explicitamente, o papel do Poder Marítimo e do Poder Naval dentro desses interesses.

Assim, no contexto do Poder Nacional, concluiu-se que a Marinha do Brasil, a exemplo da MEPL, não deve ficar limitada às questões relacionadas à segurança e à defesa, adicionando a prosperidade futura aos objetivos estratégicos a serem alcançados, o que traria para a MB a relevante tarefa de proteger os interesses econômicos do Estado, e daria, ainda, maior importância à Força junto à sociedade.

Após essa reflexão, analisou-se a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil, evidenciando-se que, a exemplo dos documentos chineses, ela contribuiu para fomentar o desenvolvimento de uma mentalidade de *Defesa* junto à sociedade civil, e que, alinhado com a ideia de uma formalização de um pensamento estratégico, foi um marco no sentido de se estabelecer Diretrizes e Objetivos Estratégicos para as Forças Armadas.

Entretanto, no que tange a essas Diretrizes e Objetivos Estratégicos estabelecidos, foram evidenciadas diferenças de abordagem em relação à Estratégia Militar da China. Enquanto a EMC define uma estratégia naval baseada no alcance geográfico de atuação e na natureza das operações militares, a END orienta no sentido de priorizar o desenvolvimento de capacidades que assegurem a realização de Operações e Ações de Guerra Naval, definindo a prioridade em “*Negar o Uso do Mar*” por um eventual inimigo.

Assim, utilizando-se como parâmetros as categorizações *introvertida* e *extrovertida*, citadas por Ferreira, constatou-se que a END, ao estabelecer o objetivo estratégico da MB baseado em TBPN, permite visualizar, claramente, a finalidade introvertida da MB, qual seja, a de realizar operações e ações de guerra naval, a fim de atingir um efeito desejado.

Contudo, concluiu-se que, na visão *extrovertida*, não é possível identificar, claramente, o *output* da Marinha que faça um elo com objetivos mais amplos do Estado. Como observado na EMC, a MEPL está associada aos *Interesses Nacionais* chineses, existindo um elo com as demais expressões do Poder Nacional, o que permite visualizar a importância do Poder Naval dentro desses interesses.

Nesse sentido, identificou-se que a EMC adota uma nomenclatura específica para as suas estratégias navais, evidenciando a visibilidade do elo citado: “*Near coast defense*”, “*Near-seas active defense*” e “*Far seas protection*”. Concluiu-se que esse elo traz ao imaginário do formulador de política a visualização do papel da Força Naval, estabelecendo, implicitamente, qual o seu *output* para o Estado.

Assim, apresentou-se a sugestão de estudar a possibilidade de, em um documento de alto nível do Estado, da Defesa, ou da MB, estabelecer uma concepção estratégica naval abrangente, além das TBPN, *com uma nomenclatura que oriente*, ao mesmo tempo, as prioridades no contexto das operações militares, e uma tarefa mais ampla para a Marinha, no âmbito do Poder Nacional, e, assim, torne claro o seu papel de defender, ou proteger, ou desenvolver, ou outra tarefa, ligada aos *Interesses Nacionais Marítimos* brasileiros.

Outro aspecto relevante identificado foi que a conceituação da estratégia chinesa leva em consideração dois importantes parâmetros: a natureza e os alcances geográficos das operações militares.

Com esses parâmetros, evidenciou-se que a evolução estratégica chinesa ocorreu em um processo incremental e contínuo, passando por três fases distintas: em sua primeira fase, com uma Marinha praticamente inexistente e com ameaças claramente identificáveis, a RPC estabeleceu a defesa do litoral como foco de sua atuação na estratégia “*Near-coast defense*”. Na segunda fase, sob a influência do almirante Liu Huaqing, e com o desenvolvimento de uma consciência marítima, estabeleceu a estratégia “*Near-seas active defense*”. Finalmente, na terceira fase, a fim de proteger os seus *Interesses Nacionais* modernos, em especial as suas LCM, estabeleceu a estratégia “*Far seas protection*”.

Evidenciou-se, também, que as concepções estratégicas eram abrangentes, indo além da natureza das operações militares e dos efeitos desejados para atingir objetivos operacionais ou táticos. Os três conceitos estratégicos, cada um refletindo uma realidade temporal, estavam centrados no alcance geográfico e na natureza da operação possíveis de atuação da MEPL, portanto, tinham um significativo elo com as capacidades realmente existentes para atingir objetivos de defesa do Estado e de proteção dos recursos do mar e das LCM.

Além de focar nas aptidões existentes, evitando objetivos que estivessem além do seu alcance, as concepções estratégicas também orientavam as capacidades que precisavam ser ampliadas ao longo do tempo.

Concluiu-se que elas se adequavam à realidade de cada tempo, estabelecendo uma efetiva limitação em termos de alcance geográfico de atuação. Observou-se essa limitação ao longo da evolução histórica dos alcances de cada estratégia: inicialmente em uma estreita faixa próxima à costa (*Near-coast*), posteriormente, expandindo-se para as áreas marítimas aproximadas (*Near-seas*) e, finalmente, na atualidade, atingindo uma capacidade de atuação em áreas marítimas afastadas (*Far seas*). A MEPL, em cerca de sessenta anos, partiu de um

Poder Naval praticamente inexistente e atingiu, progressivamente, uma plena capacidade de operar em Águas Azuis.

Assim, em que pese as diferenças nas conjunturas político, social, cultural, econômica e de mentalidade marítima do Brasil em relação à China, e resguardando a vocação oceânica e o atual estágio de desenvolvimento da MB, concluiu-se que o *Pensamento Estratégico Naval* do Brasil poderia caminhar no mesmo sentido, incorporando à sua concepção estratégica naval objetivos intermediários de desenvolvimento, explicitando as capacidades já existentes, na qual a MB já teria aptidão para ser empregada, e as capacidades a serem atingidas para fazer frente a um cenário estratégico prospectivo, orientando, assim, um “Planejamento de Forças” incremental e contínuo, dentro do Plano Estratégico da Marinha.

Como considerações finais, e referenciando Geoffrey Till, que em seus estudos de doutrinas marítimas conceituou que “uma doutrina não é um dogma, e que longos princípios podem sempre ser reavaliados, devendo ser constantemente desenvolvidos”, este autor julga relevante que a Marinha do Brasil persiga um pensamento estratégico sistemático, modificando paradigmas por meio de novas ideias e realizando eventuais alterações doutrinárias que fomentem o desenvolvimento da Instituição.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ. **Informativo Semestral, 01/2014**: navegação marítima e de apoio, 2014. Disponível em: <[http://www.antaq.gov.br/portal/Relatorio\\_Estatistico\\_Semestral\\_2014/files/SNM/Informativo\\_Semestral\\_SNM\\_2014.pdf](http://www.antaq.gov.br/portal/Relatorio_Estatistico_Semestral_2014/files/SNM/Informativo_Semestral_SNM_2014.pdf)>. Acesso em: 09 jun. 2015.

AS CHINA advances, taiwan's military strategy changes. **STRATFOR Global Intelligence**. 2015a. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/sample/analysis/china-advances-taiwans-military-strategy-changes>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BHASCAR, Uday Commodore. **Strategic sustainment?**: China's ships, silk roads, and Indian Ocean presence. IHS Jane's Navy International. 2014.

BOUTHOU. Gaston. Tratado de polemologia. In: \_\_\_\_\_. **Sociología de las Guerras**. Madrid : Ediciones Ejército, 1984.

BOUTHOU, Gaston; CARRÈRE, René. **O Desafio da guerra**: dois séculos de guerra, 1740-1974. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979. 176 p. (Biblioteca do Exército; 469. Coleção General Benício; 496).

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa**. 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2012a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012b.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **Doutrina Básica da Marinha**. 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **China, comércio exterior**. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos – DPR. Divisão de Inteligência Comercial – DIC, 2015. Disponível em: <<http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDChina.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

CHANG, Felix K. **Strategic intentions**: China's military strategy white paper, 2015. Disponível em <http://www.fpri.org/geopoliticus/2015/05/strategic-intentions-chinas-military-strategy-white-paper>. Acesso em: 08 jun. 2015.

CHINA. **China's military strategy**. Beijing, CN: State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015.

CHINA. **China's National Defense**. Beijing, CN : State Council Information Office of the People's Republic of China. 2013.

CHINA'S maritime limitations. **STRATFOR**. 2015b. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/sample/image/chinas-maritime-limitations>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CHINA'S moves in the south China sea: implications and opportunities. **STRATFOR**. 2014. Disponível em:<<https://www.stratfor.com/sample/analysis/chinas-moves-south-china-sea-implications-and-opportunities>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

DORNELLES, Arthur Coelho. **A modernização militar da China e a distribuição de poder no Leste Asiático**, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292014000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292014000100005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ESTADOS UNIDOS. Office of Naval Intelligence. **A modern navy with chinese characteristics**. China: The Office Of Naval Intelligence, 2009. 51 p. Disponível em: <http://fas.org/irp/agency/oni/pla-navy.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **Annual Report to Congress: military and security developments involving the people's republic of China 2015**. China: Office of the Secretary of Defense, 2015. Disponível em: <<http://www.ustaiwandefense.com/tdnswp/wp-content/uploads/2015/05/2015-Military-and-Security-Developments-Involving-the-People's-Republic-of-China.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

FERREIRA, Renato Rangel. **Operações navais no século XXI: tarefas básicas do poder naval para a proteção da Amazônia Azul**. 181 f. (Curso de Política e Estratégia Marítimas)-Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011.

FLORES, Mario Cesar; VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **Desenvolvimento do poder naval brasileiro: tópicos para debate**. Brasília, DF, 1976.

FRAVEL, M. Taylor e LIEBMAN, Alexander. **The chinese navy: beyond the moat: the PLAN's evolving interests and potential influence**. Institute for National Strategic Studies. 2007. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=SDDDP\\_a3yIQC&pg=PA284&lpg=PA284&dq=The+Science+of+Service+Strategy+%28Beijing:+National+Defense+University+Press,+2006%29,&source=bl&ots=IkwMwkdrf\\_&sig=-fxNScU51\\_Zp0aaB1EvZajlbhME&hl=pt-BR&sa=X&ei=f8yBVZ1u8OswBLuJgIgO&ved=0CB0Q6AEwAA#v="](https://books.google.com.br/books?id=SDDDP_a3yIQC&pg=PA284&lpg=PA284&dq=The+Science+of+Service+Strategy+%28Beijing:+National+Defense+University+Press,+2006%29,&source=bl&ots=IkwMwkdrf_&sig=-fxNScU51_Zp0aaB1EvZajlbhME&hl=pt-BR&sa=X&ei=f8yBVZ1u8OswBLuJgIgO&ved=0CB0Q6AEwAA#v=)>

onepage&q=The%20Science%20of%20Service%20Strategy%20%28Beijing%3A%20National%20Defense%20University%20Press%2C%202006%29%2C&f=false>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GRAVE, Paulo S. e MENDES, Ariston A. **Pensamento estratégico contemporâneo: possíveis fundamentos antigos da estratégia como uma medida administrativa atual ou em busca ao elo perdido?**. 2001. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2001/ESO/2001\\_ESO1049.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2001/ESO/2001_ESO1049.pdf)>. Acesso em: 08 jul. 2015.

HARTNETT, Daniel. **The Father of the Modern Chinese Navy - Liu Huaqing**. Center for International Maritime Security. CIMSEC. 2014. Disponível em: <<http://cimsec.org/father-modern-chinese-navy-liu-huaqing/13291>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

INFORMATION warfare: spinning chinese ships in San Diego **.STRATEGY PAGE**. 2006. Disponível em: <<http://www.strategypage.com/htmw/htiw/articles/20060923.aspx>>. Acesso em: 30 maio 2015.

JANK, Marcos Sawaya. **A geopolítica do Índico**. 2015. Disponível em: <<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/a-geopolitica-do-indico/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

KHURANA, Gurpreet S. China's military strategy: assessment of white paper 2015. **.CIMSEC**. Maryland, EUA: National Maritime Foundation, 2015. Disponível em: <<http://cimsec.org/chinas-military-strategy-assessment-white-paper-2015/16883>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LEIS, Hector. **O que significa um think tank no Brasil de hoje**. Instituto Milenium, 2009. Disponível em: <<http://www.institutomillennium.org.br/artigos/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

LI, Nan. **The evolution of China's naval strategy and Capabilities: from “Near Coast” and “Near Seas” to “Far Seas”**. Asian Security, New York, v. 5, n. 2, p. 144-169, 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14799850902886567?journalCode=fasi20#.Vd4d0ZcqQZM>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

LIMA, Reinaldo Nonato de Oliveira. Estratégia: ação ou retórica? **Revista das Ciências Militares**, Rio de Janeiro, n. 26, 2012. (Coleção Meira Mattos). Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/view/117>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783**. United States of America. Dover Publications, Inc., 31 East 2nd Street, Mineola, N.Y. 11501, 1987.

MALENA, Jorge E. **Un análisis de la estrategia naval de China y sus implicâncias**. [Argentina], [2011]. Disponível em: <[http://www.politica-china.org/imxd/noticias/doc/1300824746Un\\_analisis\\_de\\_la\\_estrategia\\_naval\\_de\\_China\\_y\\_sus\\_implicancias\\_\\_.pdf](http://www.politica-china.org/imxd/noticias/doc/1300824746Un_analisis_de_la_estrategia_naval_de_China_y_sus_implicancias__.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2015.

NASCIMENTO, Saumíneo da Silva. **A geopolítica e sua Importância para o comércio exterior brasileiro**. 2003. Disponível em: <<https://acantus79.wordpress.com/2008/05/24/a-geopolitica-e-sua-importancia-para-o-comercio-exterior-brasileiro/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

OLIVEIRA, Eduardo Hartz de. **Notas de aula em planejamento de força**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2013.

PAZZINATO, Alceu L. **História moderna e contemporânea**. Rio de Janeiro: Ática, 2002.

POLTRONIERI, Daniel. **O crescimento da China e seus reflexos em termos de capacidade militar**. Belo Horizonte: PUC MG, 2010. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20101005095651.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20101005095651.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

POTTS, Jerry. **The han became the first nuclear-powered submarine for the PLA-N**. 2014. Disponível em: <[http://www.militaryfactory.com/ships/detail.asp?ship\\_id=Type-091-Han](http://www.militaryfactory.com/ships/detail.asp?ship_id=Type-091-Han)>. Acesso em: 05 jun. 2015.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos, Contra-Almirante (Ref). **Os desafios da busca de um Poder Naval no século XXI**. RMB 2T/2013. v. 133 n. 04/06. 2013.

SANTOS, Christiano Alves Ferreira. **Planejamento de força baseado em capacidades: adequado para a Marinha do Brasil?** Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2014.

SANTOS, Eduardo Silvestre. **O conceito de geopolítica: uma aproximação histórica e evolutiva**. 2007. Disponível em: <[http://database.jornaldefesa.pt/assuntos\\_diversos\\_relacoes\\_internacionais/O%20Conceito%20de%20Geopol%C3%ADtica%20Uma%20Aproxima%C3%A7%C3%A3o%20Hist%C3%B3rica%20e%20Evolutiva%201%20Parte.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/assuntos_diversos_relacoes_internacionais/O%20Conceito%20de%20Geopol%C3%ADtica%20Uma%20Aproxima%C3%A7%C3%A3o%20Hist%C3%B3rica%20e%20Evolutiva%201%20Parte.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2015.

SHAOFENG, Chen. **China's self-extrication from the "Malacca Dilemma" and implications.** Peking University. 2010. Disponível em: <<http://ics.um.edu.my/images/ics/IJCSV1N1/chen.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

SHARMAN, Christopher, H. **Brave new world:** China's expanding maritime strategy. 2015. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/feature/brave-new-world-china%E2%80%99s-expanding-maritime-strategy-13009>>. Acesso em: 26 jun. 2015a.

SHARMAN, Christopher, H. **China Moves Out:** stepping stones toward a new maritime strategy. Washington, DC: National Defense University Press, 2014. Center for the Study of Chinese Military Affairs. Institute for National Strategic Studies RAND Corporation office in Arlington, Virgínia, EUA. Disponível em: <<http://inss.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratperspective/china/ChinaPerspectives-9.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2015b.

TILL, Geoffrey. **Seapower:** a guide for the twenty-first century. 2.ed. New York: London: Routledge, 2009.

YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James R. **Can China defend a "core interest" in the south China sea?** Washington, DC: The Washington Quarterly, 2011. Disponível em: <<http://csis.org/files/publication/twq11springyoshiharaholmes.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

TURNER, Stansfield. Missions of the U.S. Navy. **Naval War College Review.** Newport, p. 2-17, Mar./Apr. 1974.

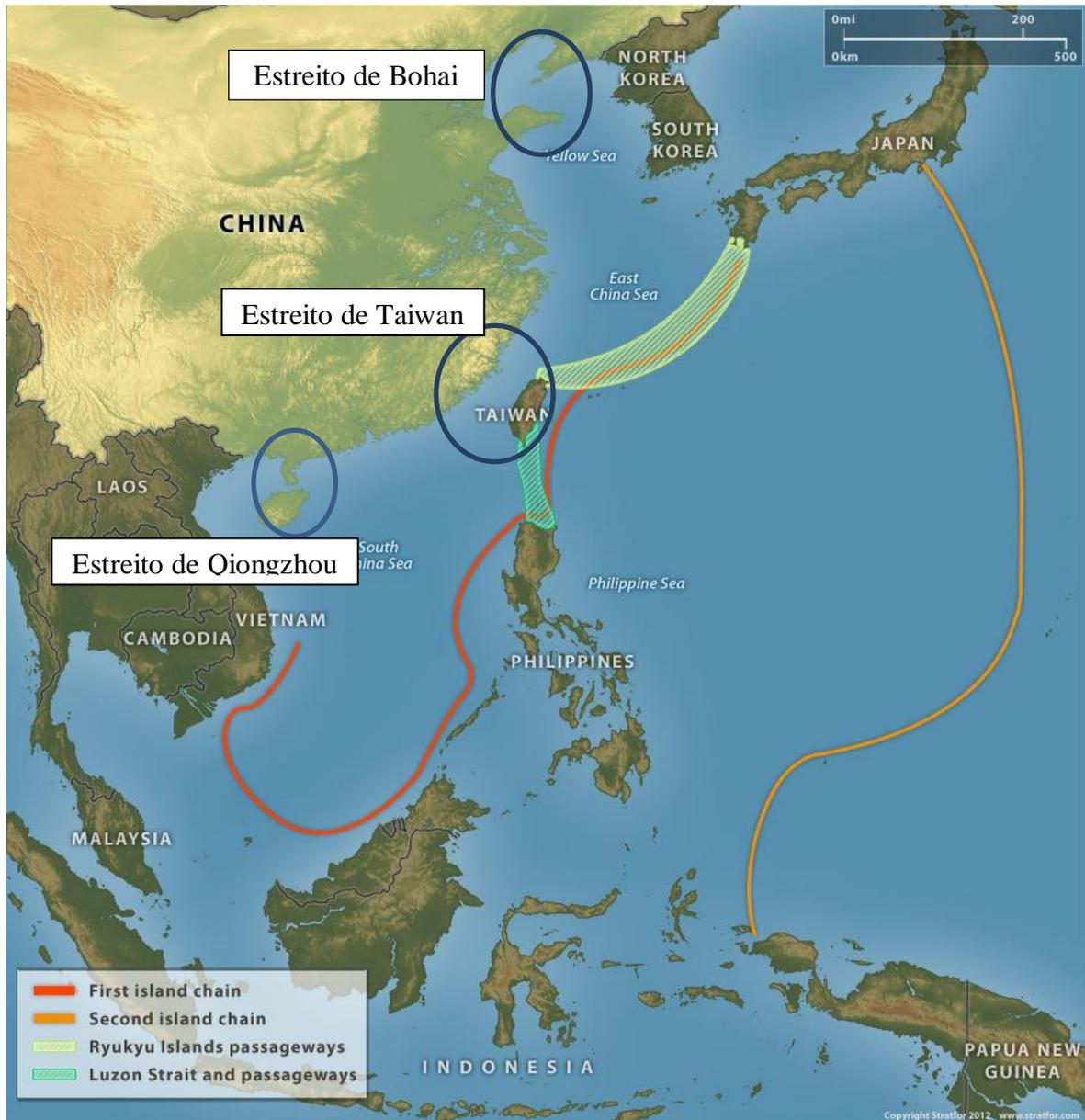
VIANNA FILHO, Arlindo. **Estratégia naval brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Consequências estratégicas para uma Marinha de águas marrons. **Revista da Escola de Guerra Naval,** Rio de Janeiro, p. 7-20. 2010.

WONG, Edward. Chinese military seeks to extend its naval power. **New York Times,** New York, 23 Apr., 2010. Disponível em: <<http://http.bannedthought.net/China/Capitalism-Imperialism/ChineseNavyOil-100423.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

XIAOXING, Gao. **La armada del ejército popular de liberación de China.** Beijing, CN: China Intercontinental Press, 2013. 232 p. (Series del Ejercito Chino).

## APÊNDICE A - Estreitos de Bohai, Taiwan e Qiongzhou



**FIGURA 1 – Estreitos de Bohai, Taiwan e Qiongzhou**

Nota do Autor: Arte gráfica sobre imagem de Stratfor

ANEXO A – Primeira Cadeia de Ilhas – *First Island Chain*



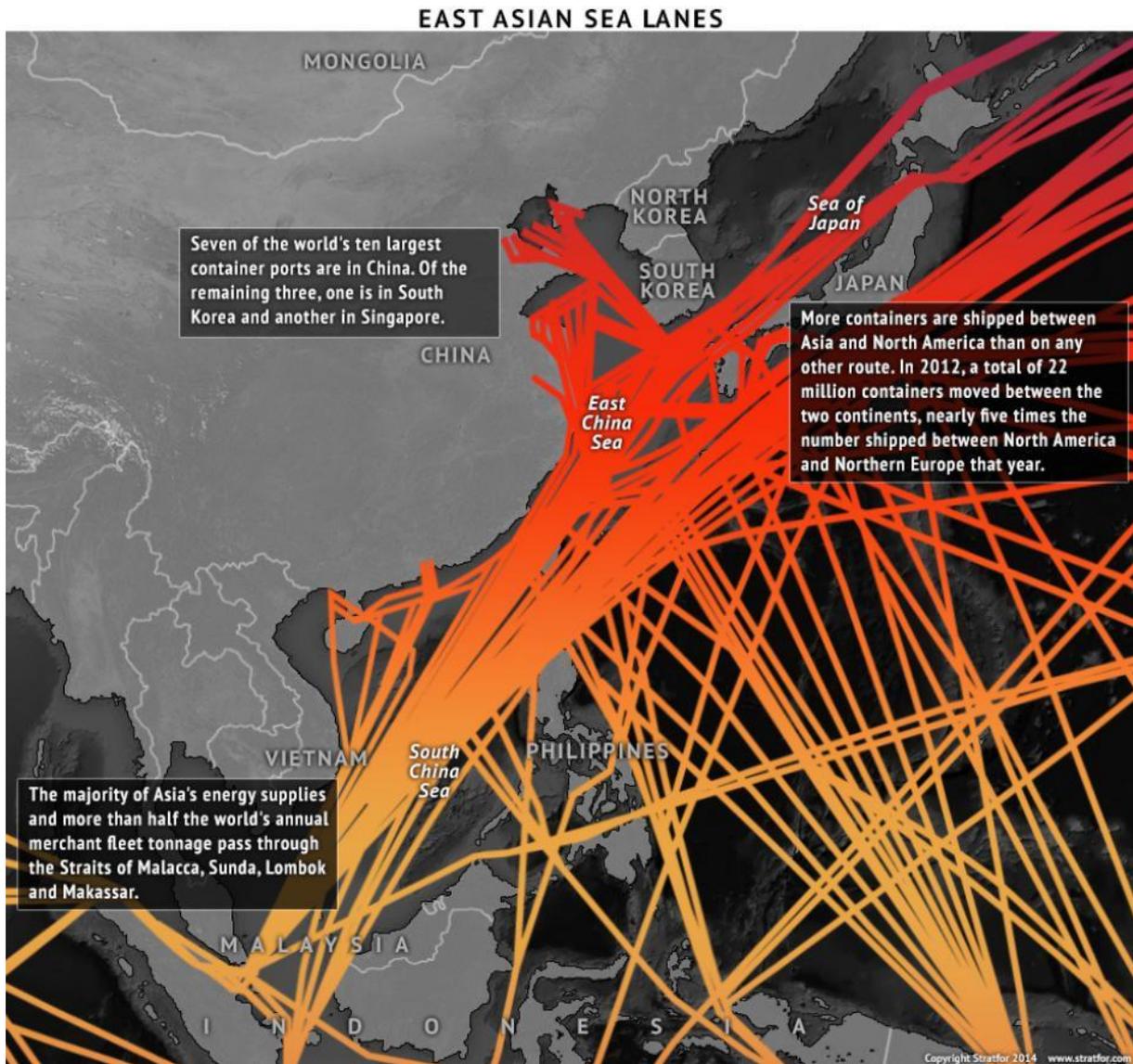
**FIGURA 2 - Primeira Cadeia de Ilhas – First Island Chain**

Fonte: Texas University



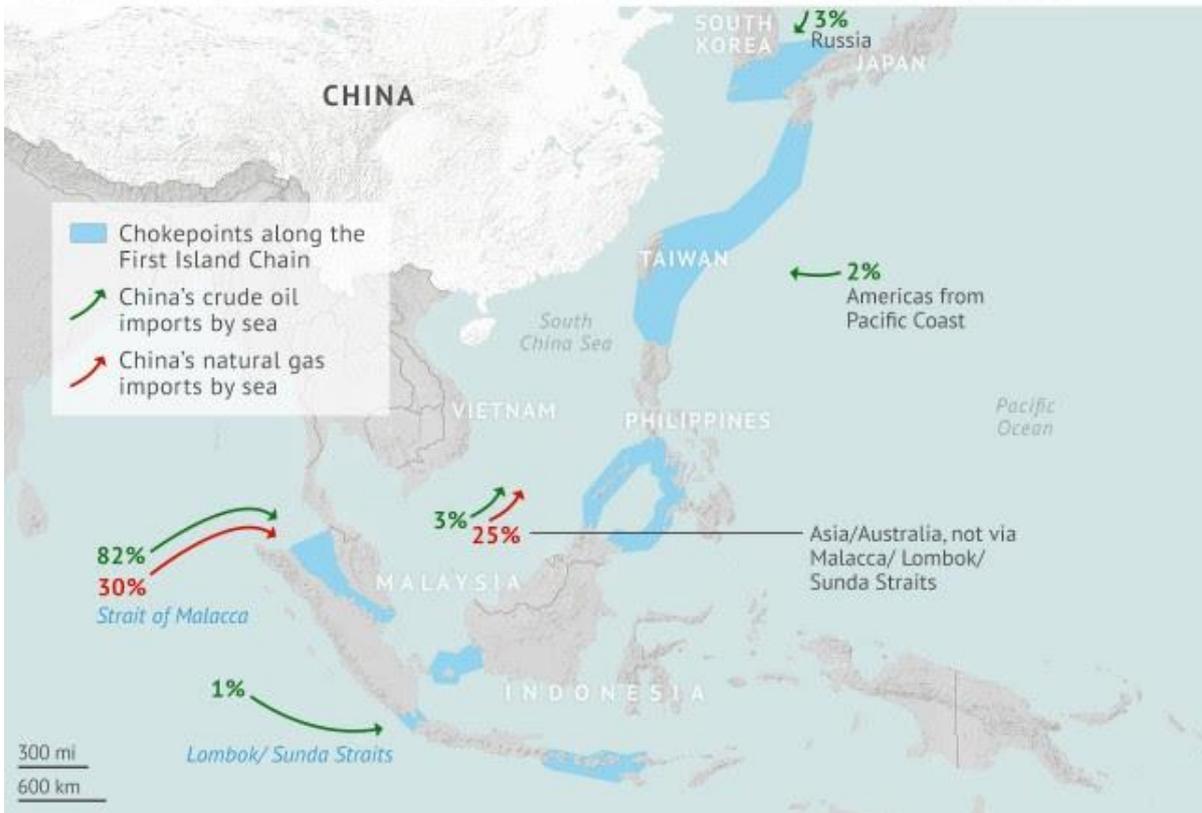
**FIGURA 3: Primeira Cadeia de Ilhas – First Island Chain**

Fonte: Stratfor

ANEXO B - *Choke point* - Dilema de Málaca**FIGURA 4 – Linhas de Comunicações Marítimas**

Fonte: Stratfor

### CHINA'S IMPORT TRANSIT ROUTES AND MARITIME CHOKEPOINTS



**FIGURA 5 – Choke point - Dilema de Málaga**

Fonte: *US Department of Defense, Annual Report to Congress, 2013*

## ANEXO C – Disposição geográfica das Esquadas da China



**FIGURA 6 - Disposição geográfica das Esquadas da China**

Fonte: *US Department of Defense, Annual Report to Congress, 2012*

ANEXO D – Near Seas e Far Seas



FIGURA 7 – Near Seas e Far Seas

Fonte: Nan Li